

RELATÓRIO ADMINISTRATIVO 2015



CERMOFUL

Cooperativa Fumacense de Eletricidade

ISO 9001



(48) 3434 8100



cermoful@cermoful.coop.br



Morro da Fumaça/SC

ÍNDICE

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO	6
CARTA DO PRESIDENTE	7
CONJUNTURA ECONÔMICA	8
Ambiente macroeconômico.....	8
Tarifas de energia.....	8
Investimento remunerável.....	8
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	9
Número de consumidores.....	9
Comportamento do mercado.....	9
Receita.....	11
Receita líquida por classe de consumidores.....	12
Composição das Tarifas.....	13
Tecnologia da informação.....	14
Novos negócios e parcerias.....	14
Investimentos.....	16
Captações de recursos.....	16
Valor adicionado.....	16
Composição acionária.....	16
Comportamento do preço das quotas.....	16
Atendimento a associados.....	17
Relações com o mercado.....	17
Composição das quotas de capital social.....	18
GESTÃO	19
Planejamento empresarial.....	19
Recursos humanos.....	19
Responsabilidade social.....	19
Permissionária em números.....	20
Área de permissão.....	22
DESEMPENHO COMERCIAL	23
Serviços executados.....	23
Subestações.....	23
Alimentadores.....	23
Troca de medições.....	23
Vistorias.....	23
Plantão.....	23
Balanco energético - Janeiro a dezembro/2015.....	23
PLANO DE ATIVIDADES – 2016	24
Distribuição.....	24
Transformadores.....	24
Comercialização.....	24
Administração.....	24
AUDITORES INDEPENDENTES	25
AGRADECIMENTOS	25
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	35
1. Contexto operacional	35
2. Das permissões	35
3. Apresentação das demonstrações contábeis	35
4. Principais práticas contábeis	36
5. Caixa e equivalentes de caixa	38
6. Consumidores	38
6.1. Composição das contas a receber	38
8. Tributos a compensar	39
8.1. Circulante	40
11. Outros ativos circulantes	40
15.1 Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica	43

15.2 – ITG 10 - Custo atribuído	43
15.3 - ITG 01 - Contratos de concessão/permissão	43
15.4 - Redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	43
16. Fornecedores	44
17. Empréstimos e financiamentos	44
17.1. Circulante	44
17.2. Não circulante	45
18. Folha de pagamento	45
19.1 Circulante	45
19.2 Não circulante	46
20. Provisões para Litígios	47
24. Obrigações vinculadas à permissão do serviço público	49
25. Patrimônio líquido	49
25.1 Capital social	49
25.2 Ajuste de avaliação patrimonial	49
25.3 Reservas de sobras	49
25.4 Sobras a distribuir	50
25.5 Aplicação do ICPC 14 - Cota de Cooperados em Entidades Cooperativas	50
26. Receita Operacional	50
26.1. Fornecimento de energia elétrica	51
26.3. Serviços Cobráveis	51
26.5. Outras receitas operacionais	51
27. Deduções da receita operacional	52
29. Despesas operacionais	52
29.1. Despesas de pessoal	52
29.2. Outras despesas operacionais	53
29.3. Gastos diversos	53
29.4. Outras despesas	53
30. Resultado financeiro	54
31. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social	54
36. Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade	56
36.1. Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:	58
37. Programa de recuperação fiscal - REFIS	58
38. Seguros	58
PARTICIPAÇÕES	75

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

ASSOCIADOS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2015.

Em conjunto com as demonstrações contábeis societária e regulatórias elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que rege as atividades cooperativas no Brasil, legislação societária brasileira, e Manual de Contabilidade do setor elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cermoful para a sociedade parceiros associados e consumidores.

Ata da reunião do conselho de administração que estabeleceu as diretrizes para as estimativas e provisões aplicadas ao balanço societário.

Ata da assembleia geral ordinária que aprovou as informações contábeis referentes ao exercício de 2015.

Publicação na home-page www.cermoful.com.br para acesso de associados, consumidores e sociedade forma a consolidar a transparência da gestão.

CARTA DO PRESIDENTE



CENÁRIO

A Cooperativa Fumacense de eletricidade - Cermoful manteve sua atuação no segmento de distribuição de energia elétrica, ampliando seus conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados nos 52 anos de sua existência.

O contrato de permissão para distribuição de energia elétrica nº 040/2010, de 30 de julho de 2010, representa a continuidade e regulamentação da empresa em nossa área de atuação garantindo a modicidade tarifária aos associados e consumidores.

O prazo de vigência do contrato de permissão é 30 (trinta) anos com cláusula contratual de prorrogação por igual período o que expressa uma conquista significativa do cooperativismo brasileiro instituída pela Lei nº 12.111 de 09/12/2009.

Em 2015, O mau desempenho da economia na área da permissão teve um reflexo negativo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com uma redução de 6,26% com relação à 2014. O consumo do setor industrial e o mais representativo, atingindo o patamar de 66,90 GWh (71,39 GWh em 2014).

O consumo do setor industrial continua ainda o maior representando 59,22% de toda a energia comercializada pela permissionária em 2015.

A recuperação do sistema elétrico de distribuição em fase para a conclusão de conformidade com as metas aprovadas nas últimas assembleias gerais melhorando a qualidade dos serviços e o relacionamento com os associados consumidores.

O exercício social registrou um significativo aumento nas tarifas de acompanhado da aplicação das bandeiras tarifárias que determinou apreensão e descontentamento aos associados e consumidores de todas as classes de consumo.

A administração com austeridade promoveu de forma igualitária o desenvolvimento aos associados e consumidores de sua área de atuação com objetivo manter melhores perspectivas sociais.

O conselho de administração vem revendo periodicamente as disposições do planejamento estratégico em vigência.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Ambiente macroeconômico

A economia observada sobre uma ótica global aponta para um ambiente pessimista com expectativas de crescimento insignificantes esperadas para o ano de 2016.

A Europa na zona do euro se confronta com a os reflexos das sérias dificuldades enfrentadas pela Grécia conjugadas com o enorme numero de refugiados advindos das guerras e revoluções que ocorrem na Síria e arredores.

Para o ano de 2016 a expectativa de crescimento da economia mundial é de 3,4% registrando uma enorme preocupação aos mercados financeiros.

A desaceleração da economia Chinesa conjugada com a redução do preço do petróleo apresenta instabilidade e insegurança.

Pode se afirmar que em 2015 o Brasil sofreu os efeitos de uma crise. O resultado foi um ano marcado por aumento expressivo dos juros, buscando inibir a inflação, conjugados com uma recessão que afetou o comportamento dos mercados e da economia.

No Brasil, os fatores econômicos analisados pelos diversos órgãos apontam para um cenário pessimista para a economia em 2016, apresentando uma estimativa de retração do PIB em até 3,5%, sustentados em um comportamento mais ortodoxo por parte do governo que não consegue promover um ajuste fiscal eficiente.

O combate à inflação e manutenção das altas taxas de juros e aumento na taxa de desemprego, são variáveis determinantes a retração dos investimentos resultando enorme risco para o ano de 2016.

O endividamento da população, sustentado na pratica de facilidades e ampliação de crédito ocorrido em anos anteriores, conjugado com a queda do nível de emprego revela um cenário de incerteza e uma significativa ameaça à liquidez do mercado interno.

As diversas situações politicas em mudança constante expressam insegurança aos investidores e contribuem para o caos econômico que se visualiza para 2016.

Tarifas de energia

As tarifas de fornecimento atuais em vigor estabelecidas na resolução homologatória Aneel nº 1.957 de 22 de setembro de 2015 permanecem até o reajuste tarifário previsto para 28 de setembro de 2016.

Investimento remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e almoxarifado de operação, deduzida às obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultando no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela permissionária, dados demonstrados em nota explicativa.

A natureza jurídica cooperativas determina uma variável significativa na base de remuneração, considerando que são sociedades regidas por lei especifica a que se observar o disposto no texto da Lei nº 5.764/71 de 16 de dezembro de 1971:

“Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”.

A característica sem fins lucrativos é uma determinante do princípio cooperativista que consolida o atendimento prioritário ao interesse social.

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Cermoful - Cooperativa Fumacense de Eletricidade distribui energia elétrica no município de Morro da Fumaça com poligonais envolvidas no município de Criciúma, Cocal do Sul, Içara, Urussanga e Pedras Grandes, atendendo 13.094 associados consumidores em sua área de permissão. Não atendendo consumidores livres. As áreas atendidas indicam para o município de Morro da Fumaça 78,727 km², Criciúma 27,162 km², Cocal do Sul 5,375 km², Içara 10,951 km², Urussanga 3,347 km² e Pedras Grandes 13,942 km².

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano de 2015, 818 novas ligações, 394 religações de unidades consumidoras que estavam desativadas da rede e 383 desligamentos definitivos. Com destaque para as 818 e ligações novas que foram: 544 residenciais, 58 comerciais, 03 rurais, 211 industriais e 02 poder público; totalizando 13.094 consumidores atendidos pela permissionária, número 6,76% superior ao ano de 2014.

Número de consumidores

Classe	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	8.970	9.132	9.420	9.799	10.476
Industrial	390	489	552	659	739
Comercial	868	898	957	978	1.052
Rural	671	671	710	719	717
Poderes públicos	98	98	88	90	91
Iluminação pública	6	6	6	6	6
Serviço público	10	12	12	14	13
Total	11.013	11.306	11.745	12.265	13.094
Varição	2,50%	2,66%	3,88%	4,43%	6,76%

Comportamento do mercado

A distribuição de energia da Cermoful no período de janeiro a dezembro de 2015 foi de 112,95 GWh (116,22 GWh em 2014).

Houve redução no consumo da permissionária sendo o segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o industrial. As demais classes mantiveram o consumo apresentado em 2014. A classe industrial apresentou redução de 6,71% no consumo de energia elétrica, o que mostra que esse setor teve problemas no último ano. O mau desempenho deve-se, principalmente, a crise econômica que assolou o país no exercício.

A classe residencial também não apresentou relevante evolução apresentando um tímido crescimento de 3,64%.

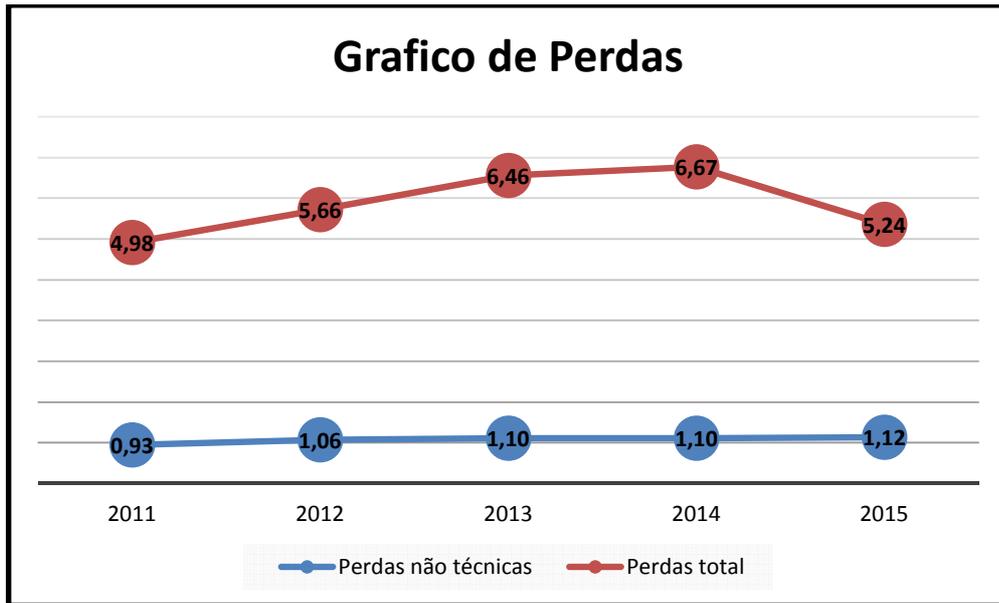
Mercado Atendido

Mercado atendido - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Energia Faturada	90,18	96,75	104,25	116,22	112,95
Fornecimento	90,18	96,75	104,25	116,22	112,95
Residencial	20,06	21,43	22,45	23,90	24,77
Industrial	53,51	56,80	62,77	71,39	66,90
Comercial	9,36	10,91	11,17	12,32	12,08
Rural	2,67	2,84	2,94	3,37	3,20
Poderes Públicos	0,65	0,70	0,71	0,81	0,81
Iluminação Pública	3,84	3,95	4,08	4,29	5,03
Serviço Público	0,09	0,12	0,13	0,14	0,16
Total	90,18	96,75	104,25	116,22	112,95
Variação	9,68%	7,29%	7,75%	11,48%	(2,81)%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentou uma pequena redução em 2015 para 2014. Esta situação ocorre em função dos investimentos em novas medições e fiscalizações.

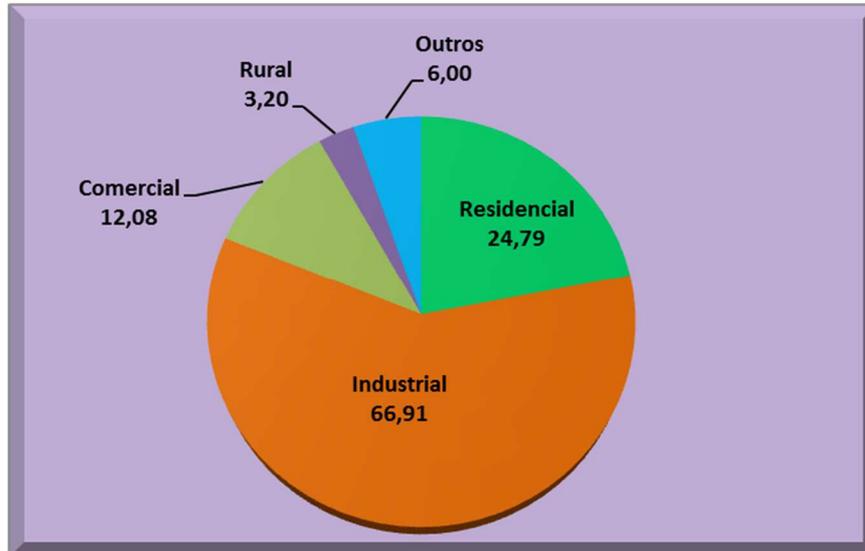
Balanco Energético

Energia Requerida	2011	2012	2013	2014	2015
Venda de Energia					
Fornecimento	90,18	96,75	104,25	116,22	112,95
Consumidores livres	-	-	-	-	-
Energia contratual	-	-	-	-	-
Energia de curto prazo	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	90,18	96,75	104,25	116,22	112,95
Perdas Técnicas	4,05	4,60	5,36	5,57	4,12
Perdas Não Técnicas PNT	0,93	1,06	1,10	1,10	1,12
Perdas Totais	4,98	5,66	6,46	6,67	5,24
PT /Energia Requerida	5,53	5,53	5,84	5,43	4,43
Total	95,16	102,41	110,71	122,89	118,19



Consumo por classe de consumidores

CONSUMO EM GWH

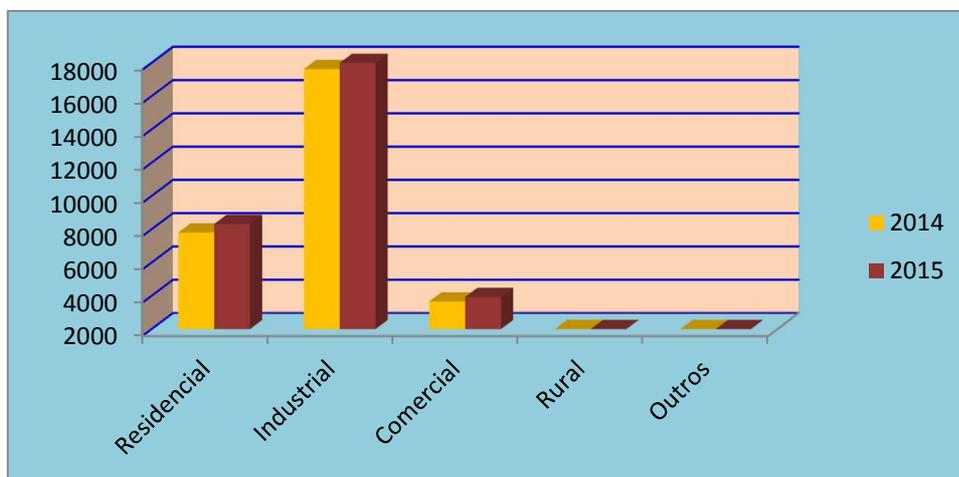


Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 30.863 mil, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2014	2015	%
Residencial	7.804	8.318	6,59
Industrial	17.632	19.742	11,97
Comercial	3.662	3.932	7,37
Rural	666	731	9,76
Outros	1.096	1.339	22,17
Total	30.860	34.062	10,38

Receita líquida por classe de consumidores



Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2015 apresentou um crescimento de 6,76 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2014	2015
Residencial	9.799	10.476
Industrial	659	739
Comercial	978	1.052
Rural	719	717
Outros	110	110
Total	12.265	13.094
Variação	4,43%	6,76%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2015, atingiu R\$ 301,58/MWh, com aumento de 13,58% com relação a dezembro de 2014.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2015	2014
	R\$/MWH	R\$/MWH
Residencial	335,79	326,57
Industrial	295,05	246,97
Comercial	325,48	297,21
Rural	229,26	197,95
Outros	288,09	266,18
Média	301,58	265,53

Composição das Tarifas

Composição da tarifa	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros
Impostos					
PIS	0,01	0,01	0,09	0,01	8,83
COFINS	0,05	0,00	0,42	0,01	1,91
ICMS	69,38	98,35	108,41	46,39	71,88
Taxas					
Fiscalização	0,62	0,62	0,62	0,62	0,62
CDE	17,21	17,21	17,21	17,21	17,21
PEE e P&D	2,82	2,82	2,82	2,82	2,82
Custo da energia comprada para revenda	73,21	73,21	73,21	73,21	73,21
Encargos de uso da rede elétrica	53,49	53,49	53,49	53,49	53,49
Despesas de pessoal	51,67	51,67	51,67	51,67	51,67
Outras despesas operacionais	136,81	96,07	126,41	30,28	33,06
Tarifa bruta da concessionária (*)	340,08	362,02	355,16	225,22	293,14
Resultado médio	405,18	393,41	433,82	275,67	303,94

A tarifa bruta da concessionária está apresentada sem o valor dos impostos aplicados a cada classe de consumo

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	Dec (horas)	Fec (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2011	10,99	6,94	0,33
2012	5,64	5,89	0,34
2013	11,75	6,6	0,37
2014	4,96	6,79	0,41
2015	2,47	3,37	0,44

Atendimento ao consumidor - Foi lançado em 2015 o programa de recuperação e ampliação do sistema de distribuição, que tem o objetivo de, em 3 anos, transformar todo o sistema de distribuição em circuitos trifásicos. Com este empreendimento e investimentos de R\$ 1.751 mil, a Cooperativa atingirá 100% de redes trifásicas em sua área de permissão.

Tecnologia da informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, a qual dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2015, foram mantidos os sistemas operacionais com as atualizações necessárias.

Novos negócios e parcerias

No novo ambiente empresarial e de mercado em que a Cermoful opera, é fundamental assegurar maior competitividade e melhor qualidade, assim como o atendimento de novas necessidades dos consumidores.

No entanto como a permissionária tem sua área de atuação pequena e toda eletrificada tem voltado seus esforços para o bem estar de seus associados.

Participações:

Empresas	Investimento (em R\$ Mil)	Participação da permissionária (em %)	Negócio
Sicoob	291	*	Investimentos
Fecoerusc	4	*	Associação
Sicredi	3		
TOTAL	298	*	*

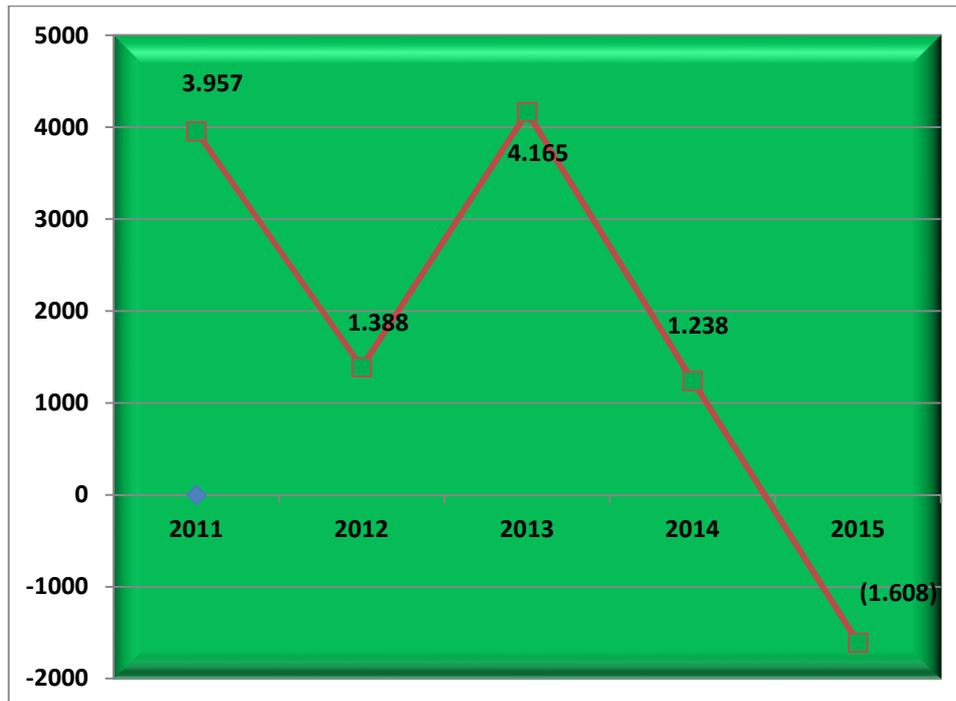
A participação não é caracterizada em percentagem visto que a lei 5.764/71 rege estas entidades associativas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2015 a permissionária apurou perdas no valor de R\$ 1.608 mil, contra sobras de R\$ 1.238 mil em 2014.

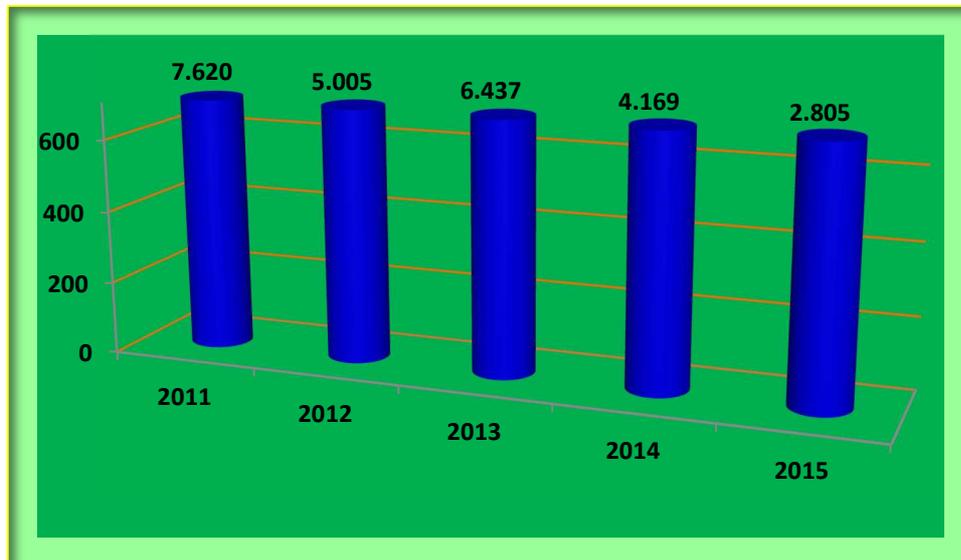
Atendendo ao disposto no artigo 52 do estatuto social as perdas foram abatidas do fundo de reserva legal constituído para tal fim.

A receita operacional líquida atingiu R\$ 35.325 mil, enquanto em 2014 situou-se em R\$ 47.330 mil. Essa redução de 25,36 % resulta da redução de consumo ocorrida no exercício em curso. As sobras dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução abaixo.



As despesas operacionais totalizaram em 2015 R\$35.427 mil, 22,94% inferiores em relação à 2014, destacando-se a redução no custo de operação com 38,30%. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de (8,19)% contra (5,79)% em 2014.

O **EBITDA ou LAJIDA**, sobra antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 2.805 mil, inferior em 48,62% a 2014, que foi de R\$ 4.169 mil, conforme evolução abaixo:



Fonte: Departamento de contabilidade - CERMOFUL (2015).

Investimentos

No exercício os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 2.005 mil, 4,70% superiores em relação a 2014, dos quais R\$ 1.862 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Cooperativa estima um investimento total de R\$ 6.661 mil.

Captações de recursos

Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a permissionária captou um total de R\$ 2.005 mil em recursos de oriundos da quota de reintegração e fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição.

Valor adicionado

Em 2015, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela permissionária foi de R\$ 17.708 mil, representando 35,50% da receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

Política de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados é garantido estatutariamente a decisão sobre as sobras líquidas apuradas.

Entretanto como ocorreu perdas no exercício a permissionária atendendo a legislação cooperativista e estatuto social abateu o resultado negativo do fundo de reserva legal constituído para este fim.

Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da permissionária era de R\$ 10.688 mil, composto por 10.688 mil quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Comportamento do preço das quotas

- De janeiro a dezembro de 2015, as quotas mantiveram os preços estabelecidos na reforma estatutária realizada no dia 25 de abril de 2009 estabeleceu em seu artigo 15º aumento ao capital

mínimo a ser subscrito e integralizado por novos associados porém sem a correção prevista.

Atendimento a associados

Como empresa transparente, moderna e aberta, a permissionária mantém a disposição dos seus associados consumidores, serviço de atendimento, instalado na sede social, sito a Rua Prefeito Paulino Biff, 151 – Morro da Fumaça – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também pelos telefones: 0800-6432616 e 48-34348100, com atendimento 24 horas.

Relações com o mercado

Ao longo do ano, a cooperativa atendeu seus associados consumidores com serviços sociais. E também realizou assembleia geral.

RELAÇÃO COM ASSOCIADOS

Política de reinvestimento e distribuição de sobras

Estatutariamente é garantido aos associados à destinação das sobras líquida do exercício.

Composição das quotas de capital social

Número de associados	
Total de associados em dezembro de 2014	13.375
(+) Admitidos em 2015	1059
(-) Demitidos em 2015	-
(-) Eliminados em 2015	-
(-) Excluídos em 2015	24
Total	14.410

O capital social da permissionária em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 10.701 Mil, composto por 10.701 Mil quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

	Legislação Societária	
	2015	2014
Capital subscrito	10.701	10.689
(-) Capital a realizar	13	12
Total	10.688	10.677

GESTÃO

Administração:

A Cermoful mantém sua estrutura organizacional, em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira. A medida atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de venda de energia elétrica para garantir aos consumidores que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

O êxito que a permissionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

O planejamento que a permissionária executa é monitorando constantemente e para obtenção de êxito seu processo de adaptação às mudanças no setor elétrico são revistas periodicamente.

A permissionária define suas ações com base no planejamento estratégico por meio de cenários alternativos.

Essa decisão administrativa proporciona o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da unidade criando um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

Tendências identificadas serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das unidades de negócios para os horizontes de curto e médio prazo.

A visão facilitada pelo planejamento possibilitou que a permissionária suportar as variações de mercado e tarifaria ocorrida no exercício.

Gestão pela qualidade

Em 2015, as atividades relacionadas com a Gestão compreenderam a manutenção da Certificação da ISO 9.001 a todos os setores da permissionária.

Recursos humanos

Em 2015 a permissionária investiu R\$ 115 em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados.

O investimento resultou em manutenção do quadro de empregados da permissionária que continua sem alteração nos último ano.

Responsabilidade social

A permissionária continua a priorizar seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado em nossa Demonstração Contábil Socioambiental.

Permissionária em números

Dados operacionais	2015	2014	%
Linhas de distribuição (km)	581,93	555,26	4,80
Capacidade instalada (MVA)	49,97	47,22	5,82

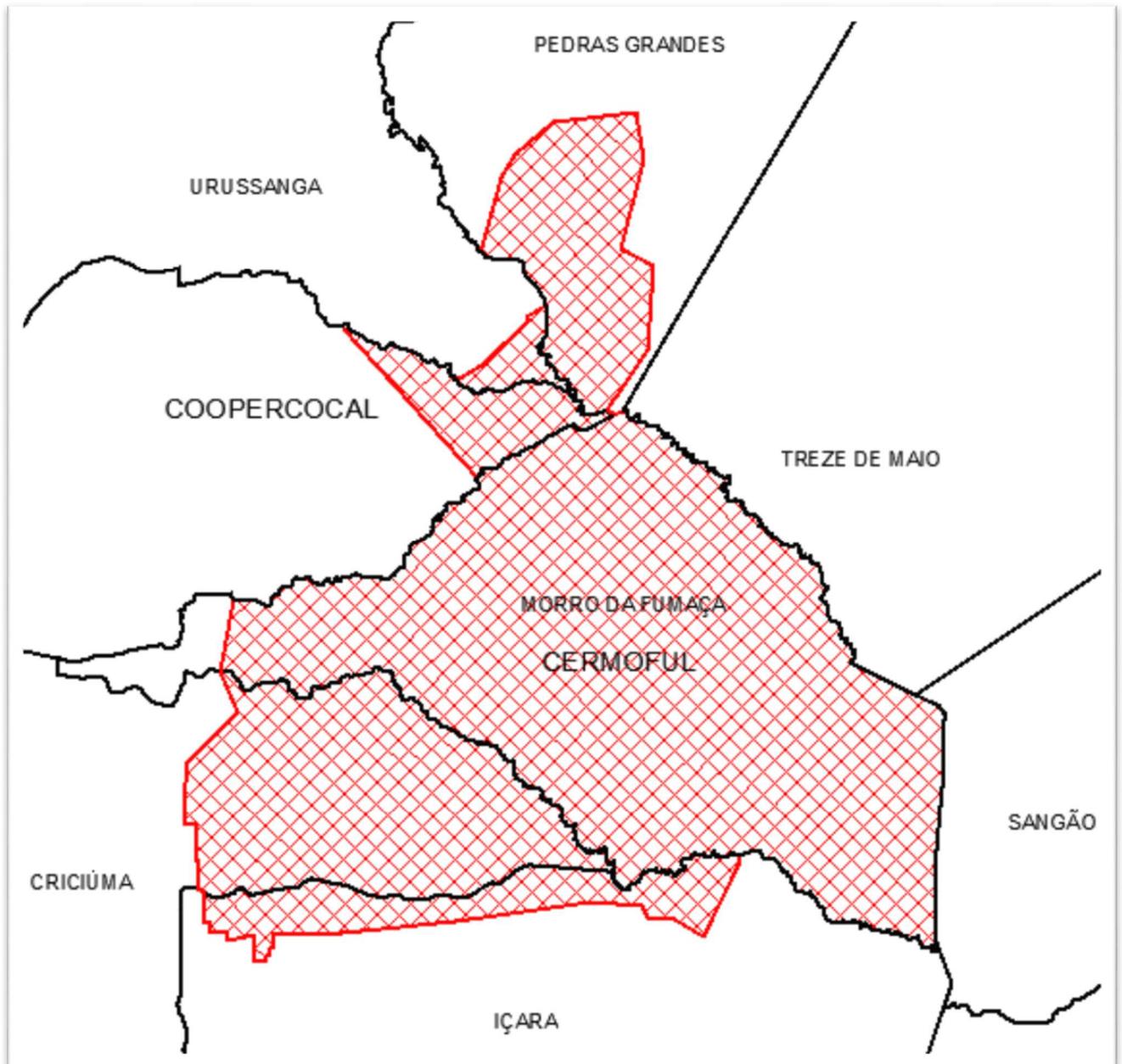
Atendimento	2015	2014	%
Número de consumidores	13.094	12.265	6,76
Número de empregados	51	51	-
Número de consumidores por empregado	257	240	6,76
Número de postos de atendimento	1	1	-

Indicadores de desempenho	2015	2014	%
Salário médio dos funcionários em R\$ (mil)	4,56	4,19	8,83
Energia comprada por funcionário em MWH	2.317,45	2.409,61	(3,82)
Energia comprada por consumidor em MWH	9,03	10,02	(9,91)

Mercado	2015	2014	%
Área de permissão (Km ²)	139,05	139,05	0,00
Demanda máxima (MW)	26,00	25,89	0,42
Distribuição direta (MWh)	112.948	116.219	(2,81)
Consumo residencial médio (MWh/ano)	2,36	2,44	(3,28)
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	301,57	265,53	13,57
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	335,79	326,57	2,82
Industrial	295,05	246,97	19,47
Comercial	325,48	297,21	9,51
Rural	229,26	197,95	15,82
Poderes públicos	356,52	332,23	7,31
Iluminação pública	199,20	183,00	8,85
Serviços públicos	308,54	283,31	8,91
DEC (horas) – Conjunto – Lauro Müller	2,47	4,96	(50,20)
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Lauro Müller	3,37	6,79	(50,37)
População atendida – Rural (em milhares)	44,2	42,02	5,19
Número de reclamações para 13.094 consumidores	1.519	1.367	11,12

Dados financeiros	2015	2014	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	49.878	57.357	(13,04)
Receita operacional líquida (R\$ mil)	35.325	47.330	(25,36)
Margem operacional do serviço líquida (%)	-4,55%	2,62%	(274,03)
EBITDA ou LAJIDA	2.805	4.169	(32,72)
Sobras líquidas (R\$ mil)	(1.608)	1.238	(229,89)
Sobras líquidas por lote de 1000 quotas (R\$ mil)	-1,61	1,24	(229,89)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	19.622	21.391	(8,27)
Valor patrimonial do lote de mil quotas (R\$ mil)	1	1	-
Rentabilidade do patrimônio líquido	(8,19)	5,79	(241,60)
Endividamento do patrimônio líquido	181,33	148,71	21,93

Área de permissão



DESEMPENHO COMERCIAL

Serviços executados

Redes de distribuição	Redes novas	
	Alta tensão	Baixa tensão
Área de atuação	5,53	6,02

Subestações

Municípios	Transformadores	
	Implantados	Substituídos
Área de atuação	7	19

Alimentadores

As atividades planejadas que permite atender todas as normas de controle de qualidade a escolha visando a melhor alternativa de expansão, melhoria e confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica e no atendimento dos consumidores foram realizadas ao longo do exercício.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de distribuição foram executados com equipes especializadas, própria e eventualmente de terceiros melhorando os índices de qualidade no sistema de distribuição de energia elétrica.

Troca de medições

No período foram executados 406 serviços de troca de medição sem que os custos de mão de obra fossem repassados ao associado.

Vistorias

O serviço de vistorias e troca de medições nas unidades consumidoras é uma constante o que reduz as perdas elétricas do sistema de distribuição. Foram realizadas 1.873 vistorias.

O setor comercial manteve a priorização a normalização dos padrões de medição de energia elétrica, com a utilização de medição eletrônica nas indústrias foram ações que permitem maior segurança e uma melhor análise dos dados dos consumidores.

Plantão

A central de operação de distribuição atendeu a 11.907 chamadas nas diversas localidades atendidas resultando as várias ocorrências, em serviços de correção no sistema de distribuição e também orientação do consumidor nos procedimentos corretos para o uso da energia elétrica.

Balanco energético - Janeiro a dezembro/2015.

A Cermoful permissionária adquiriu da supridora Celesc Distribuição S/A o total de 118.186 MWh/ano incluídos os montantes da energia do PROINFA (Programa de incentivo as fontes alternativas de energia elétrica) e distribuiu o equivalente a 112.948 MWh /ano com um percentual de perdas de 4,43 %.

Várias obras foram executadas no sistema de distribuição de energia elétrica, para dar maior segurança e confiabilidade ao sistema, garantindo uma melhor qualidade na energia distribuída.

Os índices de qualidade estabelecidos estão ajustados de forma a apresentar a realidade das interrupções de fornecimento.

A continuidade do serviço de manutenção preventiva e corretiva tem evitado e reduzido desligamentos sucessivos.

PLANO DE ATIVIDADES – 2016

Distribuição

Redes

Manutenção do plano de deslocamento de redes e ramais para as margens das rodovias e estradas municipais.

Manter as ampliações necessárias ao sistema de distribuição para atender plenamente o aumento de demanda sendo que a área de atuação da permissão possui serviço universalizado.

Continuidade ao incentivo do uso racional energia elétrica em nossa área de atuação garantindo qualidade no sistema de distribuição de energia elétrica.

Transformadores

Aquisição de novos transformadores para implantação nos pontos críticos em que a tensão de fornecimento não atende as normas de qualidade no fornecimento aos associados.

Comercialização

Melhorar controles para monitorar o atendimento de forma a melhorar as metas de desempenho comercial.

Implantar o sistema de fatura instantânea.

Administração

Concluir a revisão do quadro social visando o cumprimento ao disposto no estatuto social.

AUDITORES INDEPENDENTES

A Audiconsult Auditores S/S – São José – SC prestou os serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2015.

AGRADECIMENTOS

Ao conselho de administração e conselho fiscal, que sempre participaram das decisões e se mantiveram unidos nas questões de interesse da **Cermoful**.

Ao empenho e dedicação do quadro funcional, que conseguiu executar todas as atividades inerentes ao bom desempenho da permissão.

A outros que indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da permissionária são seguramente a garantia do objetivo alcançado.

A o associado consumidor que participou intensamente de todas as atividades da permissionária expressando confiança e na árdua luta de consolidação do ideal cooperativo.

Morro da Fumaça - SC, 22 de fevereiro de 2016.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente

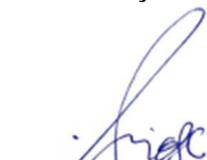
Augusto de Agostin
Secretário

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2015	2014
ATIVO			
Circulante		11.314	10.814
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.255	126
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6.1.1	8.341	5.280
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.1.1	(894)	(295)
Serviços em curso	7	379	170
tributos a compensar	8.1	561	1.085
Estoque	9	484	2.277
Despesas pagas antecipadamente	10	14	19
Outros ativos circulantes	11	1.174	2.152
Não Circulante		43.888	42.388
Realizável a longo prazo		2.071	2.289
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6.1.2	2.328	2.555
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.1.2	(987)	(1.043)
Tributos a compensar	8.2	310	384
Depósitos judiciais	12	48	21
Ativo financeiro da permissão	13	372	372
Investimentos	14	310	454
Intangível em serviço	15	26.363	24.472
Intangível em curso	15	15.144	15.173
TOTAL DO ATIVO		55.202	53.202

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
 Presidente
 CPF 582.843.979-00

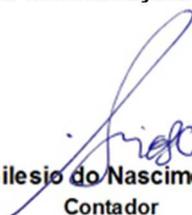

Silesio do Nascimento
 Contador
 CRC/SC 27.497-0/7

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2015	2014
PASSIVO			
Circulante		17.903	13.909
Fornecedores	16	5.222	7.740
Empréstimos e financiamentos	17.1	1.484	1.970
Folha de pagamento	18	771	665
Tributos	19.1	3.536	1.499
Provisão para litígios	20	28	28
Encargos setoriais	21	1.434	730
passivos regulatórios	22	1.145	-
Outras passivos circulantes	23.1	4.283	1.277
Não Circulante		17.677	17.902
Empréstimos e financiamentos	17.2	10.408	11.866
Tributos	19.2	685	101
Provisões para litígios	20	2.263	2.263
Outros passivos não circulantes	23.2	1.160	1.160
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público	24	3.161	2.512
Patrimônio líquido	25	19.622	21.391
Capital social	25.1	10.688	10.677
Ajuste de avaliação patrimonial	25.2	736	736
Reservas de sobras	25.3	8.198	9.292
Sobras a disposição da AGO	25.4	-	686
TOTAL DO PASSIVO		55.202	53.202

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
 Presidente
 CPF 582.843.979-00

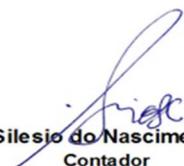

Silesio do Nascimento
 Contador
 CRC/SC 27.497-O/7

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2015	2014
Receita operacional	26	49.878	57.357
Fornecimento de energia elétrica	26.1	44.168	39.786
Ativos e passivos regulatórios	26.2	68	-
Serviços cobráveis	26.3	60	42
Doações, contrib. e subvenções ao serviço concedido	26.4	504	519
Outra receitas operacionais	26.5	5.078	17.010
(-) Deduções da receita operacional	27	14.553	10.027
ICMS	27	10.188	9.222
PIS-PASEP	27	13	11
COFINS	27	61	52
Encargos setoriais	27	4.291	742
(=) Receita operacional líquida		35.325	47.330
(-) Custo do serviço de energia elétrica		35.427	45.977
Energia elétrica comprada para revenda	28	8.268	6.562
Encargo de uso do sistema de distribuição	28	6.042	5.187
Custo de operação	29	21.117	34.228
Pessoal	29.1	5.836	5.624
Administradores	29.1	365	326
Material	29.2	2.360	2.100
Serviços de terceiros	29.2	2.700	3.730
Arrendamentos e alugueis	29.2	389	11
Seguros	29.2	34	19
Tributos	29.2	80	109
Depreciação e amortização	29.2	1.580	1.468
Gastos diversos	29.3	5.852	18.108
Outras despesas operacionais	29.4	1.921	2.733
(=) Resultado da Atividade		(102)	1.353
(+/-) Receita (despesa) financeira	30	(1.503)	(112)
(=) Sobras antes da contribuição social e imposto de renda		(1.605)	1.241
(-) Contribuição social	31.1	1	1
(-) Imposto de renda	31.1	2	2
(=) Sobras líquidas do exercício	31.1	(1.608)	1.238

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
 Presidente
 CPF 582.843.979-00


Silesio do Nascimento
 Contador
 CRC/SC 27.497-017

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

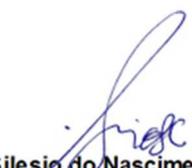
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária						
	Capital Social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Reservas de lucros			Saldo a disposição da AGO	Total do patrimônio líquido
			Fundo de reserva	FEMSD	FATES		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	12.001	736	2.701	4.487	1.242	1.402	22.569
Capital Social							
Desmembramento	(1.222)	-	(1.092)	-	-	-	(2.314)
Integralização das sobras	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de quotas	28	-	-	-	-	-	28
Capital a integralizar	(4)	-	-	-	-	-	(4)
Devolução de capital	(126)	-	-	-	-	-	(126)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	(1.402)	(1.402)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	(1.050)	1.050	-
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	1.402	-	1.238	2.640
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	229	-	-	(229)	-
Fates	-	-	-	-	229	(229)	-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	1.144	-	(1.144)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.677	736	1.838	7.033	421	686	21.391
Capital Social							
Desmembramento	-	-	-	-	-	-	-
Integralização das sobras	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de quotas	39	-	-	-	-	-	39
Capital a integralizar	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Devolução de capital	(27)	-	-	-	-	-	(27)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	(686)	(686)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	(419)	419	-
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	(1.190)	-	-	-	(1.190)
Fates	-	-	-	-	-	(419)	(419)
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	515	-	-	515
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.688	736	648	7.548	2	-	19.622

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
 Presidente
 CPF 582.843.979-00


Silesio do Nascimento
 Contador
 CRC/SC 27.497-017

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2015	2014
Receitas	45.670	56.432
Venda de energia e serviços	44.236	40.453
Compartilhamento de infraestrutura	304	287
Outras receitas	5.338	16.600
Encargos setoriais	(4291)	(668)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	83	(240)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	27.710	38.321
Insumos consumidos	14.310	11.749
Serviços de terceiros	2.700	3.730
Materiais	2.360	2.100
Outros	8.340	20.742
(=) Valor adicionado bruto	17.960	18.111
(-) Quotas de reintegração	1.580	1.468
Depreciação, amortização e exaustão	1.580	1.468
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	16.380	16.643
(+) Valor adicionado recebido em transferência	1.328	1.381
Receitas financeiras	1.328	1.381
(=) Valor adicionado total a distribuir	17.708	18.024
Distribuição do valor adicionado	17.708	18.024
Pessoal	5.092	4.934
Remuneração direta	4.139	3.803
Auxílio alimentação	170	234
Assistência médica/Plano de saúde	114	175
Encargos sociais exceto INSS	491	681
Outros	178	41
Governo	11.393	10.360
Federais	1.163	1.068
INSS (Folha de pagamento)	1.108	1.016
Imposto de renda e contribuição social	3	3
Pis/cofins	51	48
Outros	1	1
Estaduais	10.219	9.268
ICMS	10.188	9.222
IPVA	26	34
Outros	5	12
Municipais	11	24
IPTU	2	3
Alvará	1	1
Outros	8	20
Remuneração de capital de terceiros	2.831	1.492
Outras despesas financeiras	2.831	1.492

Continua...

Continuação...

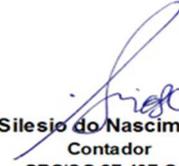
Remuneração de capitais próprios	(1608)	1.238
Sobras do exercício	(1608)	1.238
Valor adicionado (médio) por empregado	347	353

31

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente
CPF 582.843.979-00



Silesio do Nascimento
Contador
CRC/SC 27.497-0/7

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2015	2014
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	(1.608)	1.268
Despesas (receitas que não afetam o caixa)	1.497	1.708
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(83)	240
Depreciação e amortização	1.580	1.468
Resultado ajustado do exercício	(111)	2.976
Redução (aumento) no ativo circulante	711	(4.160)
Consumidores	(1.282)	(731)
Tributos a compensar	524	(902)
Estoque	1.793	(1.300)
Serviços em curso	(210)	(66)
Despesa do exercício seguinte	5	(7)
Outros ativos circulantes	(119)	(1.154)
Aumento (redução) no passivo circulante	4.480	5.576
Fornecedores	4	4.188
Empréstimos e financiamentos	(486)	-
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	101	(30)
Tributos	2.041	58
Encargos setoriais	698	283
Passivos regulatórios	1.145	-
Outras contas a pagar	977	1.077
Redução (aumento) no ativo não circulante	218	(1)
Tributos a compensar	74	(194)
Depósitos judiciais	(27)	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	227	241
Ajuste a valor presente	(56)	(47)
Redução (aumento) no passivo não circulante	1.377	1.165
Tributos e contribuições sociais	584	(461)
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público	649	664
Ativos financeiros da permissão	144	(199)
Outras ativos não circulantes	0	1.160
Total das atividades operacionais	6.675	5.557
Atividades de investimento		
Redução/Aumento no intangível	(1.862)	(14.359)
Outros Investimentos/pagamentos	(143)	-
Total das atividades de investimento	(2.005)	(14.359)
Atividades de financiamento		
Variação de Empréstimos e Financiamentos	(1.944)	11.353
Capital a integralizar	11	(102)
Desmembramento capital social	-	(1.222)
Desmembramento Reservas	-	(1.092)
Utilização de reservas	(418)	1.308
Utilização de reservas	(1.190)	(1.338)
Total das atividades de financiamento	(3.541)	8.907
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	1.129	105
Saldo inicial de caixa	126	21
Saldo final de caixa	1.255	126
Variação no caixa e equivalentes de caixa	1.129	105

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
 Presidente
 CPF 582.843.979-00


Silesio do Nascimento
 Contador
 CRC/SC 27.497-0/7

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

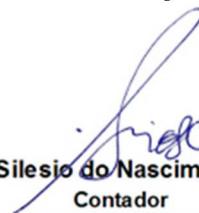
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2015	2014
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.608)	1.238
(+/-) Resultados Abrangentes	418	1.050
Reversão reserva de reavaliação NBC TG 27	-	-
Reversão reserva do FATES NBC T 10.8	418	1.050
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(1.190)	2.288
RESULTADO COM TERCEIROS	-	-
Resultado líquido do exercício (Operações com não associados)	-	-
Base para destinações legais e estatutárias	-	2.288
Fundo de reserva - Art. 47, inc. I - Estatuto Social - 10%	-	229
FATES - Art. 47, inc. II - Estatuto Social - 10%	-	229
Fundo exp.manut. sistema distribuição - Art. 47, inc. III - Estatuto Social - 50%	-	1.144
FATES - Operações com terceiros	-	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	-	686

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente
CPF 582.843.979-00



Silesio do Nascimento
Contador
CRC/SC 27.497-017

DEMONSTRAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DAS SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2015	2014
TOTAL DE RECURSOS	(1.190)	2.288
RECURSOS COM ASSOCIADOS	(1.608)	1.238
Sobra líquida do exercício (Atividades com associados)	(1.608)	1.238
Reversão reserva de reavaliação NBC TG 27		-
Reversão Reserva do FATES NBC T 10.8	418	1.050
RECURSOS COM NÃO ASSOCIADOS	-	-
Sobra Líquida do Exercício (Atividades com não associados)	-	-
(-) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	-	1.602
FATES (Atividades com associados)	-	229
FATES (Atividades com não associados)	-	-
Fundo expansão e manutenção sistema distribuição	-	1.144
Fundo de reserva	-	229
(-) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-
(=) SALDO A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	686

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
 Presidente
 CPF 582.843.979-00


Silesio do Nascimento
 Contador
 CRC/SC 27.497-017

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade, sociedade cooperativa, de capital aberto, controlada pelos associados, regida pela Lei nº 5.764/771, com atividade de prestação de serviço de distribuição de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, sendo a atividade regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, poder concedente vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Atende a 14.398 associados sendo destes 13.097 consumidores e pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

2. Das permissões

A permissão para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica é consolidada no contrato nº 040/2010-ANEEL, com área de atuação no município de Morro da Fumaça, com poligonais envolventes nos municípios de Criciúma, Içara, Cocal do Sul, Urussanga e Pedras Grandes.

3. Apresentação das demonstrações contábeis

Elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que rege as atividades cooperativas no Brasil, em consonância com a legislação comercial e fiscal. Também observada às disposições regulatórias e os princípios fundamentais de contabilidade.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução ANEEL nº 605/14 conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8 – IT 01, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no despacho nº 245 de 26 de janeiro de 2016 da SFF/ANEEL.

- ❖ Adoção do modelo de apresentação da PAC - Prestação Anual de Contas;
- ❖ Adequação das naturezas de gastos e centros de custos;
- ❖ Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT - Relatório de Informações Trimestrais;
- ❖ Adequação do plano de contas;
- ❖ Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- ❖ Contabilização dos custos com deslocamento (km) para as ordens em curso;
- ❖ Contabilização da renda não faturada;
- ❖ Contabilização do rateio da administração central para atividades;
- ❖ Aplicação do OCPC 08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados. Sendo assim, o entendimento da CERMOFUL é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

A Cooperativa Fumacense de Eletricidade - Cermoful apresenta no encerramento do exercício de 2015 as demonstrações contábeis societárias e regulatórias com valores expressos em milhares de reais, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014 e resolução ANEEL nº 396/2010 de 26 de fevereiro de 2010 e alterações posteriores.

4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis abaixo descritas foram aplicadas as informações societárias e regulatórias quando pertinentes e individuais se necessário conforme decisão do conselho de administração emanada da reunião realizada em 04 de fevereiro de 2016 e referenciada pela assembleia geral ordinária realizada em 26 de fevereiro de 2016.

➤ **Caixa e equivalentes de caixas**

Estão registradas ao valor de mercado, expressas pelo saldo de caixa, depósitos em bancos, certificado de depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

➤ **Consumidores**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2015, contabilizado com base no regime de competência.

➤ **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Constituída em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de associados e consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

➤ **Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução 1.151/09 do Conselho Federal de Contabilidade, foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, sendo que, para se trazer a valor presente foi aplicada a taxa de desconto equivalente aos encargos futuros embutidos, variável conforme a situação.

➤ **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, assim como aqueles destinados a investimentos e que estão classificados no ativo imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição.

➤ **Ativos e passivos regulatórios**

Reconhecidos após o aditamento do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC - CTG 08 de 05 de dezembro de 2014.

➤ **Investimentos**

As participações societárias permanentes em controladas e coligadas estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

➤ **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 367, de 02 de julho de 2009, alterada pelas resoluções nº 422/10, nº 474/12e 529/12.

➤ **Intangível**

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzida a amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando-se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa de um ativo intangível são reconhecidos no resultado do exercício quando o ativo é baixado.

➤ **Atualização de direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

➤ **Estimativas**

A CERMOFUL revisa as estimativas anualmente quando da preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

➤ **Imposto de renda e contribuição social**

Calculados e registrados quando devidos, conforme legislação vigente nas datas dos balanços.

Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

➤ **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

➤ **Provisão para litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores jurídicos.

Estão sendo apresentadas, nesta rubrica, às provisões para contingências liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

➤ **Reconhecimento das receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CERMOFUL, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 30, aprovada pela Resolução 1.412/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

➤ **Receita não faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

➤ **Receita de construção e custo de construção**

O ICPC 01 (R1) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com os CPCs 17 (R1) “Contratos de Construção” e CPC 30 (R1) – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

➤ **Impostos e contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

Os demais tributos somente são exigíveis quando a permissionária opera com consumidores não associados.

➤ **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Não existe consumidor que representa mais de 10% do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

➤ **Sobra líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada à disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Legislação societária	
	2015	2014
Caixa	1	2
Bancos	1.254	124
Total	1.255	126

6. Consumidores

Todos os consumidores foram faturados e tem saldo de consumo de pelo menos cinco dias referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

	Legislação societária	
	2015	2014
Faturados	13.627	12.675
Total	13.627	12.675

6.1. Composição das contas a receber

6.1.1 Circulante

Legislação societária												
Consumidor	Corrente a Vencer		Corrente Vencida		Provisão para devedores duvidosos	Renegociada a vencer		Renegociada Vencida		Provisão para devedores duvidosos	Saldo	
	Vincendos	Vencido ate 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		até 60 dias	Mais de 60 dias	até 60 dias	Mais de 60 dias		2015	2015
						2015					2015	2015
Residencial	987	315	291	1.593	292	-	-	-	-	23	1.278	956
Industrial	2.273	1017	453	3.743	388	-	176	-	893	75	4.349	2.870
Comércio, serviço e outras ativ.	543	116	73	732	72	-	22	-	2	6	678	550
Rural	109	24	2	135	2	-	-	-	-	-	133	117
Poder público	13	-	-	13	-	-	-	-	-	-	13	10
Iluminação pública	141	115	14	270	14	-	2	-	-	2	256	93
Serviço público	6	-	-	6	-	-	-	-	-	-	6	5
Serviço Taxado	6	3	1	10	2	-	-	-	-	-	8	-266
Receita não faturada	548	-	-	548	-	-	-	-	-	-	548	381
Participação Fin. Consumidor	4	-	78	82	18	-	-	-	-	-	64	132
Outros	114	-	-	114	-	-	-	-	-	-	114	137
Total	4.744	1.590	912	7.246	788	0	200	0	895	106	7.447	4.985

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução Normativa ANEEL nº. 605, de 11/03/2014, item 7.2.8 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A receita não faturada corresponde ao intervalo de fornecimento em que é efetivada a leitura de consumo e o mês de competência do faturamento.

6.1.2 Não Circulante

	Legislação societária	
	2015	2014
Parcelamento de energia	2.328	2.555
(-) AVP - NBC TG 12	(987)	(1.043)
Total	1.341	1.512

7. serviços em curso

Créditos	Legislação societária	
	2015	2014
Serviço prestado a terceiros	379	169
Total	379	169

8. Tributos a compensar

8.1. Circulante

Circulante	Legislação societária	
	2015	2014
ICMS sobre compras ativo imobilizado	512	1.038
Outros	49	47
Total	561	1.085

8.2. Não circulante

Não circulante	Legislação societária	
	2015	2014
ICMS sobre compras ativo imobilizado	310	384
Total	310	384

9. Estoques

	Legislação societária	
	2015	2014
Almoxarifado de serviço	101	177
Almoxarifado de sucata	323	2.038
Adiantamento a fornecedores	60	62
Total	484	2.277

A conta "almoxarifado de sucata" recebeu o resultado dos ajustes e transferências dos almoxarifados de obras e serviço no período. As saídas de vendas de sucata, mediante fechamento das ODA's (ordens de alienação).

Também foram realizados durante o exercício, ajustes periódicos de contagem de estoques do "almoxarifado de serviço" para correção de saldos do controle auxiliar com o saldo físico.

10. Despesas pagas antecipadamente

	Legislação societária	
	2015	2014
Seguros	14	19
Total	14	19

11. Outros ativos circulantes

Circulante	Legislação societária	
	2015	2014
Empregados	72	55
Fornecedores	290	1.259
Títulos de crédito a receber	416	658
Serviços prestados a terceiros	5	2
Alienação de bens e direitos	77	0
Dispêndios a reembolsar	1	1
Convênio de arrecadação	16	19
Reembolsos do fundo da CDE	170	0
Outros	112	229
Desativações em curso	51	(36)
(-) AVP - NBC TG 12	36	35
Total	1.174	2.152

12. Depósitos judiciais

	Legislação societária	
	2015	2014
Ações trabalhistas	48	21
Total	48	21

13. Ativo reversível

	Legislação societária	
	2015	2014
Ativo financeiro da permissão	372	372
Total	372	372

14. Investimentos

	Legislação societária	
	2015	2014
Avaliadas pelo custo de aquisição		
Fecoerusc	4	4
Cooperativa extremo sul	0	26
Terrenos	0	170
Sicoob/SC - Credija	291	242
Sicredi - Sicredi Sul SC	3	-
Consortio Kolina	14	14
(-) AVP Consortio Kolina	(2)	(2)
Total	310	454

15. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Vinculadas	Legislação societária	
				2015	2014
				Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	35.572	11.348	3.161	21.063	22.232
Bens da Permissão	35.572	11.348	3.161	21.063	22.232
Administração	3.117	978	-	2.139	2.240
Bens da Permissão	3.117	978	-	2.139	2.240
	38.689	12.326	3.161	23.202	24.472
Em curso					
Distribuição	15.144	-	-	15.144	15.173
Bens da Permissão	15.144	-	-	15.144	15.173
	15.144	-	-	15.144	15.173
Total	53.833	12.326	3.161	38.346	39.645

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 44/1999 e atualizada pela Resolução ANEEL nº. 367/2009 são as seguintes:

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
Banco de capacitores – tensão < 69 kV	6,67
Chave de distribuição - tensão < 69kV	6,67
Condutor do sistema - tensão < 69kV	3,57
Estrutura do sistema - tensão < 69kV	3,57
Medidor	4,00
Regulador de tensão < 69 kV	4,35
Religador	4,00
Transformador de distribuição	4,00
Edificação	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

Administração	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificação	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

Destacamos que, durante o exercício de 2015, não foi calculada amortização sobre o Intangível – Software.

15.1 Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A CERMOFUL não possui valores resultantes de tais contribuições até a assinatura do contrato de permissão, sendo todos os investimentos em redes de distribuição financiados com recursos dos associados.

A participação financeira do consumidor é calculada na forma estabelecida pela Resolução normativa nº 414/2010.

15.2 – ITG 10 - Custo atribuído

O Conselho de Administração entende que as normas regulatórias estabelecidas pelo poder concedente ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, representam satisfatoriamente as estimativas e taxas de depreciação.

As taxas de depreciação são determinadas a partir de estudos periódicos, utilizando ainda a contribuição das empresas, a estimativa de vida útil dos ativos do setor elétrico, portanto, de conformidade com a NBC TG 27, aprovada pela Resolução nº 1.177/09 do CFC.

15.3 - ITG 01 - Contratos de concessão/permissão

O Conselho de administração determinou a aplicação das disposições emanadas desta norma (ITG 01) resolução 1261/2009 no balanço societário do exercício 2015.

15.4 - Redução ao valor recuperável - *Impairment*

O Conselho de Administração, observando o disposto na Resolução normativa nº 367/2009, que instituiu o MCPSE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, resolve não promover *Impairment*

dos bens constantes do ativo imobilizado conforme NBC TG 01, aprovada pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade.

A recuperabilidade dos ativos está garantida no contrato de permissão, quando do rompimento ou encerramento deste.

16. Fornecedores

	Legislação societária	
	2015	2014
Suprimento	2.395	2.646
Materiais e serviços	2.827	5.094
Total	5.222	7.740

17. Empréstimos e financiamentos

17.1. Circulante

Circulante	Legislação societária	
	2015	2014
Financiamentos		
Capital de giro	1.484	1.958
Financiamento de bens	-	12
Total	1.484	1.970

Instituição Bancária	Modalidade	Nº Contrato	Vencimento	Taxa Mensal	Circulante	Não Circulante
Sicoob/SC Credija	Capital de Giro	46381-2	01/03/2017	1,3	556	154
Sicoob/SC Credija	Capital de Giro	59265-7	20/02/2017	1,95	311	59
Total Sicoob/SC - Credija					867	213
Santander	Capital de Giro	00333599300000013830	17/04/2016	2,25	183	0
Santander	Capital de Giro	00333599300000012310	27/03/2016	2,2	67	0
Santander	Capital de Giro	0033359930000002670	Indeterminado	3,27	0	0
Total Santander					250	0
Itaú-Unibanco	Finame BNDES	484100/10	15/06/2015	0,56	0	0
Total Itaú-Unibanco					0	0
Sicredi	Capital de Giro	B41030299-4	30/07/2017	1,39	167	97
Sicredi	Capital de Giro	B41030574-8	27/11/2015	1,39	200	-
Total HSBC					367	97
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229703013	15/12/2023	4,9 A.A + TJLP	0	8.090
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705105	15/12/2023	3,5 A.A	0	1.200

BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705709	15/12/2023	3,5 A.A	0	90
BRDE - BNDES	BNDES Automático	230430012	15/01/2024	3,5 A.A	0	158
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229704010	15/12/2018	3,5 A.A	0	60
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705504	15/12/2023	3,5 A.A	0	130
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705202	15/12/2023	3,5 A.A	0	64
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705300	15/12/2023	3,5 A.A	0	35
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705407	15/12/2023	3,5 A.A	0	92
BRDE - BNDES	BNDES Automático	231098011	15/05/2024	4,5 A.A	0	179
Total BRDE - BNDES					0	10.098
Total geral					1.484	10.408

17.2. Não circulante

Não Circulante	Legislação societária	
	2015	2014
Financiamentos		
Capital de giro	310	1.041
Financiamento de bens	10.098	10.825
Total	10.408	11.866

18. Folha de pagamento

	Legislação societária	
	2015	2014
Folha de pagamento	614	541
Tributos e contribuições sociais retidos na fonte	138	105
Consignação em favor de concessionária e/ou terceiros	19	19
Total	771	665

19. Tributos

19.1 Circulante

Circulante	Legislação societária	
	2015	2014
ICMS	2.839	791
PIS sobre faturamento	2	1
COFINS sobre faturamento	7	5
Imposto de renda	1	4
Contribuições sociais	275	202
ISS	-	35
PIIS/COFINS/CSLL retidos na fonte	3	59
Parcelamentos	409	461
Total	3.536	1.499

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade é uma sociedade cooperativa, e consequentemente amparada pela Lei 5.764/71, não tributa com PIS e COFINS suas operações com associados.

As atividades com terceiros (não associados), como a venda de bens e serviços são tributados com 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) de PIS e 3,00% (três pontos percentuais) de COFINS, conforme determina a legislação vigente.

19.2 Não circulante

Não circulante	Legislação societária	
	2015	2014
Parcelamento IRPJ e CSLL	-	-
ICMS parcelado	685	101
Total	685	101

- ❖ Tributos sobre a receita:
 - ICMS definido em legislação estadual.
 - IRPJ apurado na forma da Medida Provisória nº 449/2008 que determina o enquadramento da permissionária a adoção do regime de apuração na modalidade “Lucro Real”.
 - A Lei nº 5.764/71 define como isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foi calculado sobre as operações com não associados.
- ❖ Contribuições sociais sobre a receita:
 - PIS/COFINS calculados conforme as Leis nº 9.715/98 e nº 9.718/98, alterada parcialmente pela Medida Provisória nº 2158-35/2001.
- ❖ Contribuições sociais trabalhistas:
 - INSS, FGTS e PIS sobre folha de pagamento calculada na forma da consolidação das leis do trabalho (CLT).
- ❖ Parcelamento IRPJ e CSLL

- o Parcelamento conforme processo Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 11516-003297/2006-75, deferido em 28/10/2010.

20. Provisões para Litígios

Legislação societária						
Circulante	2015			2014		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais
Causas cíveis						
Cíveis						
De consumidores	-	28	-	-	28	-
Total	0	28	-	-	28	-

A CERMOFUL possui 07 processos de ação indenizatória, sendo 03 referentes à reclassificação de classe de consumo de energia elétrica, 03 referente a queima de aparelhos e 01 por danos morais, segundo a assessoria jurídica todos estão com prognóstico de perda provável ou real com valor estipulado de R\$ 28 mil sendo que as mesmas foram reconhecidas na contabilidade, conforme determina a NBC TG 25, aprovada pela Resolução 1.180/09 do CFC. Possui ainda 01 processo contra o município de Morro da Fumaça referente a ISS – Imposto Sobre Serviço, porém conforme assessoria jurídica está com prognóstico de perda possível, não sendo necessária o provisionamento na contabilidade.

Legislação societária						
Não circulante	2015			2014		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais
Causas cíveis						
Fiscais						
Provisão de PIS e COFINS sobre receita Ato	-	1.884	-	-	1.884	-
Provisão IR/CSLL s/ Ajuste Avaliação Patrimonial	-	379	-	-	379	-
Total	-	2.263	-	-	2.263	-

- **Secretaria da Receita Federal do Brasil**

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade foi notificada, no exercício de 2006, através dos seguintes processos: 11516.003.297/2006-75 - IRPJ e CSLL; 11516.003.295/2006-86 - COFINS e 11516.003.296/2006-21 - PIS.

A notificação referia-se ao período compreendido entre 02/2001 a 12/2005, tendo valor total de R\$1.796.691,82, resultando na constituição de provisão de contingência, mantida no passivo não circulante pelo valor original de R\$ 1.883.608,30, corrigida até o término do exercício em que ocorreu o ato fiscal.

Com relação aos processos de PIS e COFINS, a assessoria jurídica manifesta prognóstico com perspectiva de nulidade do ato fiscal, porém, por uma questão de prudência se mantém o valor provisionado até o julgamento final do mérito.

Relativamente ao período posterior a 12/2005, não foram efetuados cálculos e provisão de valores, havendo entendimento do Conselho de Administração de que as operações realizadas pela CERMOFUL possuem características de ato cooperativo sobre as quais, não devem incidir tributos e contribuições.

• **Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina**

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade sofreu autuação por meio da notificação fiscal nº 96030136703, pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina no montante de R\$ 317.941,07, tendo sido encaminhada defesa administrativa em 11 de dezembro de 2009, através da qual se pretende obter a extinção do lançamento tributário por motivo de relançamento ilegal e decadência, com prognóstico de ganho possível. Em 2015 a Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina negou o pedido de extinção do lançamento tributário, tendo a Cermoful parcelado o valor em 120 meses.

21. Encargos setoriais

	Legislação societária	
	2015	2014
Conta de desenvolvimento energético – CDE	513	45
Fundo nacional desenvolvimento científico e tecnológico – FINEP	11	10
Ministério de minas e energia – MME	5	5
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	253	247
Programa de eficiência energética – PEE	646	423
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica – TFSEE	6	-
Total	1.434	730

22. Passivos regulatórios

	Legislação societária	
	2015	2014
Neutralidade da parcela "A"	(62)	-
Adicional de bandeiras	1.207	-
Total	1.145	-

23. Outros passivos

23.1 Outros passivos circulantes

Circulante	Legislação societária	
	2015	2014
Consumidores	42	40
Empregados	-	2
Suprimento	2.521	-
Outros credores	1.720	1.235
Total	4.283	1.277

23.2 – Outros passivos não circulantes

Não Circulante	Legislação societária	
	2015	2014
Capital social a restituir	1.160	1.160
Total	1.160	1.160

24. Obrigações vinculadas à permissão do serviço público

	Legislação societária	
	2015	2014
Participação e Doação - Imobilização em Serviço	815	611
Participação e Doação - Imobilização em Serviço	528	483
Valores Pendentes de Recebimento	468	375
Valores não Aplicados	87	29
Ultrapassagem e Reativos	1.263	1.014
Total	3.161	2.512

25. Patrimônio líquido

	Legislação societária	
	2015	2014
Capital e reservas	19.622	21.391
Total	19.622	21.391

25.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2015 representa R\$ 10.688 mil, é constituído por cotas-partes conforme determina o estatuto social da CERMOFUL.

	Legislação societária	
	2015	2014
Capital subscrito	10.688	10.677
Total	10.688	10.677

25.2 Ajuste de avaliação patrimonial

	Legislação societária	
	2015	2014
Ajuste avaliação patrimonial ITG 10	1.115	1.115
Provisão IR/CSLL s/ Ajuste avaliação patrimonial	(379)	(379)
Total	736	736

25.3 Reservas de sobras

	Legislação societária	
	2015	2014
Fundo de reserva	648	1.838
FATES - Fundo de assistência técnica educacional e social	2	421
Fundo expansão e manutenção do sistema de distribuição	7.548	7.033
Total	8.198	9.292

Os fundos são constituídos conforme disposições estatutárias, “Título V - Gestão contábil e financeira - Capítulo I - Balanço, Fundos, Sobras e Perdas - art. 47º A CERMOFUL se obriga a constituir: I - Fundo de reserva, destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício; II - O Fundo de assistência técnica, educacional e social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 10% (dez por cento), das sobras líquidas do exercício; III - O Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% (cinquenta por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício”.

25.4 Sobras a distribuir

	Legislação societária	
	2015	2014
Sobras à disposição da AGO	-	686
Total	-	686

A Lei 5.764/71, em seu artigo 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício após constituídas as provisões dos fundos estatutários, terão destinação definidas em “Assembleia Geral”.

Caso a AGO defina a distribuição entre os associados, das sobras apuradas no exercício, o estatuto social define assim sua distribuição: “art. 45 - § 1º - As sobras líquidas, apuradas na forma deste artigo, serão distribuídas aos associados na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa, após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, salvo decisão diversa desta”.

Como no ano de 2015 a CERMOFUL não teve sobras a distribuir, estará levando para decisão dos associados o valor do rateio de perdas, visto que o art. 89 da Lei 5.764/71, define que “Os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do Fundo de Reserva e, se insuficiente este, mediante rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do art. 80”.

25.5 Aplicação do ICPC 14 - Cota de Cooperados em Entidades Cooperativas

O conselho de administração não aplicou as disposições do ICPC 14, visto que a resolução nº 1.365/2012 prorrogou o prazo para 01º de janeiro de 2016.

26. Receita Operacional

	Legislação societária	
	2015	2014
Serviços	49.878	57.357
Total	49.878	57.357

26.1. Fornecimento de energia elétrica

Consumidores	Legislação societária	
	2015	2014
Residencial	10.037	9.443
Industrial	26.323	23.201
Comercial	5.242	4.882
Rural	879	803
Poder público	369	346
Iluminação pública	1.336	1.046
Serviço público	64	54
Renda não faturada	167	11
Ultrapassagem de Demanda	(148)	-
Reativos Excedentes	(101)	-
Total	44.168	39.786

26.2. Ativos e Passivos Regulatórios

	Legislação societária	
	2015	2014
Ativos e Passivos Regulatórios	68	-
Total	68	-

26.3. Serviços Cobráveis

	Legislação societária	
	2015	2014
Serviços Cobráveis	60	42
Total	60	42

26.4. Doações, contribuições e subvenções ao serviço concedido

	Legislação societária	
	2015	2014
Doações, Contribuições e subvenções ao serviço concedido	504	519
Total	504	519

26.5. Outras receitas operacionais

	Legislação societária	
	2015	2014
Receita de construção	4.511	16.562
Receita Aluguel de Postes	304	287
Ganho na Alienação de Bens e Direitos	140	17
Administração Cosip	47	70
Outros	76	74
Total	5.078	17.010

27. Deduções da receita operacional

	Legislação societária	
	2015	2014
ICMS	10.188	9.222
PIS/PASEP	13	11
COFINS	61	52
Encargos setoriais	4.221	668
Taxa de fiscalização	70	74
Total	14.553	10.027

28. Energia elétrica comprada para revenda

Suprimento	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2015	2014	2015	2014
Celesc Distribuição S/A	118.186	122.886	14.310	11.749
Total	118.186	122.886	14.310	11.749

29. Despesas operacionais

	Legislação societária	
	2015	2014
Custos operacionais	21.117	34.228
Total	21.117	34.229

29.1. Despesas de pessoal

	Legislação societária	
	2015	2014
Remunerações	3.775	3.477
Administradores	365	326
Encargos sociais	1.599	1.697
Auxílio alimentação	170	234
Convênio assistencial e outros benefícios	114	175
Outros	178	41
Total	6.201	5.950

29.2. Outras despesas operacionais

	Legislação societária	
	2015	2014
Material	2.360	2.100
Serviços de terceiros	2.700	3.730
Depreciação e amortização	1.580	1.468
Seguros	34	19
Tributos	80	109
Arrendamento e alugueis	389	11
Total	7.143	7.437

29.3. Gastos diversos

	Legislação societária	
	2015	2014
Indenização por perdas e danos	31	13
Custo de construção	5.949	16.522
Falta apurada em estoque	1114	-
Perdas	-	1.250
Outros	196	323
Total	5.852	18.108

29.4. Outras despesas

	Legislação societária	
	2015	2014
Perda na desativação de bens	178	45
Perdas	741	2.034
Outros	1.085	414
(-) Provisão	(83)	240
Total	1.921	2.733

30. Resultado financeiro

	Legislação societária	
	2015	2014
Receita financeira	1.328	1.380
Despesa financeira	(2.831)	(1.492)
Total	(1.503)	(112)

30.1 Receitas financeiras

	Legislação societária	
	2015	2014
Multas	298	256
Rendimentos de aplicações financeiras	16	6
Incentivo tributário estadual	4	19
Outras receitas financeiras	1.010	1.099
Total	1.328	1.380

30.2 Despesas financeiras

	Legislação societária	
	2015	2014
IPCA neutralidade	5	-
Multas e acréscimos moratórios	591	93
Juros sobre financiamentos	1.034	1.158
Outras despesas financeiras	1.201	241
Total	2.831	1.492

31. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

No cálculo das provisões, para imposto de renda e contribuição social, foi aplicado obedecendo-se ao disposto na legislação fiscal e a Lei 5.764/71, que define as operações com associados e não associados.

	Legislação societária	
	2015	2014
Operações com associados	47.308	55.267
Operações com não associados	2.570	2.090
Total	49.878	57.357

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para imposto de renda e a contribuição social estão demonstradas a seguir:

31.1. Sobras antes IR e CSLL

	Legislação societária	
	2015	2014
Sobras antes do IR e CSLL	(1.608)	1.238
Imposto de renda calculado (15%)	2	2
Contribuição social calculada (9%)	1	1
Imposto e contribuição social	3	3

32. Participação nos resultados

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não possui nenhum programa de participação nos resultados e/ou sobras direcionadas aos empregados.

33. Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade concedeu aos seus empregados, os seguintes benefícios em 2015:

	Legislação societária	
	2015	2014
Plano de saúde	114	175
Seguro de vida	115	38
Vale alimentação	170	234
Cursos, treinamentos e outros	115	95
Total	514	542

34. Transações com partes relacionadas

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não efetuou transações com partes relacionadas no exercício de 2015, por não possuir controle acionário com empresas controladas.

As cotas partes por abertura de conta corrente e operações de crédito com a Cooperativa de Crédito de Jacinto Machado - Sicoob/SC e Sicredi Sul SC, foram subscritas e integralizadas na forma estabelecida pelo estatuto social.

35. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados pelo conselho de administração.

b) Concentração de risco de crédito

Parte substancial das vendas é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

c) Moeda estrangeira

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não utilizou operações com moeda estrangeira no exercício de 2015.

d) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis o índice liquidez corrente e liquidez geral eram de 0,63 e 0,37 respectivamente.

36. Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício por Atividade, em 31 de dezembro de 2015, das Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIST), e o Total.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado	GER	TRA	COM	TOTAL
Receita operacional	-	-	44.800	44.800
Fornecimento de energia elétrica	-	-	20.340	20.340
Uso do sistema de distribuição	-	-	23.829	23.829
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	67	67
Serviços Cobráveis	-	-	60	60
Doações, Contrib. e Subvenções Vinc. ao serviço concedido	-	-	504	504
(-) Deduções da receita operacional	-	-	10.262	10.262
ICMS	-	-	10.188	10.188
PIS	-	-	13	13
COFINS	-	-	61	61
(-) Encargos da Parcela "A"	-	-	4.291	4.291
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	159	159
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	159	159
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	-	-	1.943	1.943
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	70	70
Outros encargos	-	-	1.960	1.960
(=) Receita operacional líquida	-	-	30.247	30.247
(-) Custo não Gerenciáveis - Parcela "A"	-	-	14.310	14.310
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	8.268	8.268
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	6.042	6.042
(=) Resultado antes dos custos gerenciáveis	-	-	15.937	15.937
(-) Custo Gerenciáveis - Parcela "B"	-	-	16.039	16.039
Pessoal e administradores	-	-	6.200	6.200
Material	-	-	2.360	2.360
Serviços de terceiros	-	-	2.700	2.700
Depreciação e amortização	-	-	1.580	1.580
Provisões	-	-	(83)	(83)
Seguros	-	-	33	33
Tributos	-	-	80	80
Arrendamentos e alugueis	-	-	389	389
Outras Receitas operacionais	-	-	5.078	5.078
Outras Despesas operacionais	-	-	7.858	7.858
(=) Resultado da Atividade	-	-	(102)	(102)

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt

Presidente

CPF 582.843.979-00

Silesio do Nascimento

Contador

CRC/SC 027497/O-7

36.1. Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

Na Unidade de Negócio foram consideradas as receitas operacionais faturadas aos consumidores externos, por transferências de preços contratadas entre as partes, conforme segue abaixo:

Receita de unidade	G	T	D	ANV	Total
Geração - G	-	-	-	-	
Transmissão - T	-	-	-	-	
Distribuição - D	-	-	49.878	-	49.878
Comercialização - C	-	-	-	-	
Atividades não vinculadas - AV	-	-	-	-	
Total	-	-	49.878	-	49.878

36.2 Conciliação das demonstrações de resultado:

	2015	2014
Receita operacional	49.878	57.357
Deduções da receita operacional	14.553	10.027
Receita operacional líquida	35.325	47.330
Despesas operacionais	35.427	45.977
Resultado do serviço	(102)	1.353
Sobra antes da tributação e participações	(1.605)	1.240
Sobra líquida do exercício	(1.608)	1.238

As receitas e despesas operacionais estão contabilizadas em cada Unidade de Negócio, acrescidas dos valores apurados com base nas receitas transferidas entre as mesmas.

As deduções, tais como impostos e contribuições, foram calculadas sobre o montante das receitas escrituradas e virtuais, aplicando-se as alíquotas ou taxas efetivamente incorridas na permissionária.

As receitas financeiras, oriundas de multas e juros sobre atraso no pagamento de energia elétrica, foram classificadas em cada Unidade de Negócio.

O imposto de renda e a contribuição social, foram calculados com base na taxa efetiva dos tributos incidentes nas demonstrações consolidadas e não incidiram sobre os preços de transferências, uma vez que estes não causam efeito no consolidado.

37. Programa de recuperação fiscal - REFIS

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não utiliza o REFIS - Programa de Recuperação Fiscal, em virtude de não possuir passivos fiscais. Instituído pela Lei nº. 9.964, de 10 de abril de 2000, destinado à regularização de créditos da União decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

38. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Incêndio - imóveis	15/03/2015	1.400
Danos elétricos	15/03/2015	20
Quebra de vidros	15/03/2015	15
Responsabilidade civil operações comerciais	15/03/2015	20
Vendaval/Fumaça - imóveis	15/03/2015	200
Veículos - frota	08/07/2015	750
Veículos - terceiros	08/07/2015	6.000
Veículos - danos morais	08/07/2015	390

Incêndio - imóveis: Cobertura contra incêndios nas edificações e/ou imóveis próprios ou alugados da CERMOFUL.

Diária por paralisação das atividades: Visa cobrir eventuais danos ocorridos na estrutura de edificações e/ou imóveis, próprios ou alugados, pela CERMOFUL ocorrendo paralisação das atividades.

Vendaval/fumaça: Cobertura contra vendavais, fumaça e outros na estrutura de edificações e/ou imóveis, próprios ou alugados, da CERMOFUL.

Veículos - Frota: Cobertura total dos veículos operacionais com maior risco de acidente da CERMOFUL.

Veículos - Terceiros: Cobertura dos veículos operacionais da CERMOFUL contra terceiros.

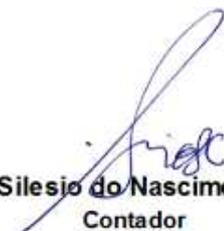
Veículos - Danos morais: Cobertura dos veículos da CERMOFUL para possíveis acidentes com terceiros, que possam ocasionar danos morais.

39. Eventos subsequentes

O evento subsequente que pode causar impacto na posição patrimonial, na financeira, no resultado e nas atividades futuras da CERMOFUL é a queda do subsídio na compra de energia elétrica.



Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
 Presidente
 CPF 582.843.979-00



Silesio do Nascimento
 Contador
 CRC/SC 27.497-0/7

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros da
COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL
Morro da Fumaça - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL**, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CERMOFUL**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para o fato de aumento significativo de recursos para fazer frente a aquisição de ativos (construção da subestação) bem como aumento das obrigações dos encargos setoriais, como consequência, o excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes em valor de R\$ 6.589.227,04 em 2015, podendo comprometer a capacidade de pagamento da cooperativa caso não sejam concretizadas as tratativas da administração no alongamento no prazo de pagamento das obrigações de curto prazo.

São José (SC), 16 de fevereiro de 2016.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável - Contador-CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

Balço social 2015

Responsabilidade social não é gesto episódico de filantropia motivado por considerações de marketing ou relações públicas. É garantir que os serviços da cooperativa sejam seguros e confiáveis gerando riquezas e empregos culminando com o recolhimento de impostos incidentes na condução normal dos negócios.

Para a cooperativa, é comprometer-se com um conjunto de políticas, programas e práticas que não apenas atendam, mas ultrapassem as exigências éticas e legais no que toca à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo.

É uma atitude proativa de estender a mão aos mais carentes, ajudando a reduzir as profundas diferenças sociais. É ter solidariedade como um valor que permeia e baliza toda a atuação da cooperativa, sem prejuízo de suas metas empresariais e comerciais.

A seguir, tendo participado do equacionamento das questões sociais mais graves nos municípios em que atua a cooperativa, relacionadas especificamente com o setor de energia elétrica, mantemos o objetivo de ampliar nossa atuação de caráter comunitário, a fim de auxiliar a resolver outros problemas que afetam nosso quadro social.

Estendendo a todos os benefícios da eletricidade

A continuidade da universalização do atendimento ao benefício de distribuição de energia elétrica a nossos associados consumidores caracteriza no as marcas de importante atuação social.

Preservando e restaurando o meio ambiente

Rede compacta ou linha verde

É o sistema de rede de distribuição protegido desenvolvido para substituir a rede convencional, onde a arborização é muito rica. O sistema é composto por cabos de alumínio recobertos por uma camada plástica.

Com a compactação da rede, a necessidade e a frequência de poda de árvores em torno dos condutores são substancialmente reduzidas. A cooperativa continua ampliando sua extensão de rede compacta totalizando 29,70 km em 2015.

Filantropia e trabalho voluntário

Acordo com instituições filantrópicas

A cooperativa celebrou acordo com instituições filantrópicas para arrecadar doações de consumidores via fatura de energia. A cobrança é incluída na fatura mediante autorização expressa do consumidor sem ônus as entidades beneficiadas.

A manutenção do uso de nosso sistema de faturamento para facilitar e estimular as doações de recursos á instituições filantrópica caracteriza uma expressiva de um nobre trabalho de caráter social.

Comissão interna de prevenção de acidentes – CIPA

A comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA) é uma comissão constituída por representantes indicados pelo empregador e membros eleitos pelos trabalhadores, de forma paritária na empresa, que tem a finalidade de prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

O objetivo da CIPA é observar e relatar as condições de risco nos ambientes de trabalho e solicitar medidas para reduzir até eliminar os riscos existentes e/ou neutralizar os mesmos. Sua missão é a preservação da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Seu papel mais importante é o de estabelecer uma relação de diálogo e conscientização, de forma criativa e participativa, entre gerentes e empregados, em relação à forma como os trabalhos são realizados, objetivando sempre melhorar as condições de trabalho, visando à humanização do trabalho e procurando atualizar-se com o que de mais moderno em questão de segurança.

Semana interna de prevenção de acidentes de trabalho – SIPAT

A CERMOFUL realiza uma vez por ano no mês de novembro, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT).

Esta semana é dedicada a aprender mais sobre segurança no trabalho e qualidade de vida, onde foram realizadas palestras de diversos temas, como saúde, primeiros socorros e motivacionais.

	2015	2014
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	51	51
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	14	11
Com ensino fundamental	8	12
Com ensino médio	29	28
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	14	16
De 30 a 45 anos	19	18
Acima de 45 anos	18	17
Admissões durante o período	3	2
Demissões durante o período	4	8
Mulheres que trabalham na empresa	14	12
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	-	-
Negros que trabalham na empresa	2	2
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	-	-
Portadores de necessidades especiais	1	1
Dependentes	80	56
Estagiários	3	2
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7,23	13,83
Acidentes de trabalho	-	-
Nos processos de gestão da empresa os órgãos de decisão em 2014 e 2013 foram definidos por:	Direção e gerência	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	Direção e gerência	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	Cipa	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	São sugeridos	
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	Apóia	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	2015	2014
Pessoal	28,8%	27,4%
Governo	64,3%	57,5%
Financiadores	16,0%	8,2%
Associados	-9,1%	6,9%
	100,0%	100,0%

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Senhores associados

A Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL submete à apreciação dos associados e públicos indistintos o Relatório Anual do Conselho de Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme disposições legais e estatutárias.

Mensagem da Administração

A CERMOFUL implantou um conjunto de práticas de relacionamento comercial com seus associados alicerçado, principalmente, na qualidade de seu serviço de distribuição de energia elétrica, atendimento, na preservação da credibilidade junto aos associados, sociedade na força de sua marca e em sua participação efetiva no desenvolvimento socioeconômico em toda sua área de atuação.

Mantemos investimento contínuo na melhoria dos meios de comunicação.

A CERMOFUL busca novas formas de relacionamento para oferecer opções mais cômodas e ágeis de contato do associado com a cooperativa.

A política de gestão dos recursos humanos foi adotada de forma definitiva, resultando em uma melhor prática de remuneração de nossos empregados o que mostra nosso balanço social.

No exercício de 2015, participamos de vários eventos na INFRACOOOP (Confederação Nacional das Cooperativas de infraestrutura) e ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, com objetivo de se inteirar das ações e mudanças obrigatórias para as cooperativas de infraestrutura agentes do setor elétrico brasileiro.

O investimento em capacitação e treinamento de pessoal, com vistas às novas exigências regulatórias, está sendo uma meta prioritária ao nosso objetivo de capacitar para minimizar ao máximo novas contratações.

Afirmamos que todos os resultados alcançados, no ano de 2015, são resultantes de trabalho árduo e de muita dedicação.

Em 2016 continuaremos a cumprir nossa missão, trabalhando de forma planejada, oferecendo energia elétrica de qualidade com continuidade, de forma a atender as necessidades de nossos associados e consumidores.

Planejamos viabilizar a integração de nosso sistema de distribuição em um único ponto de suprimento, minimizando custos e melhorando a qualidade do fornecimento.

Ricardo Tadeu Canto Bitencourt
Presidente

Agenir Donato Zaccaron
Vice-presidente

Augusto de Agostin
Secretário

Joaquim Cizeswski
Membro do conselho

Amarildo Antonio Saviatto
Membro do conselho

Manoel Antonio de Souza
Membro do conselho

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL
COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE
CNPJ 86.533.346/0001-70
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em reais)

	Notas	2015	2014
Ativo			
Ativo circulante		11.314	10.814
Caixa e equivalentes de caixa		1.255	126
Consumidores	4	7.447	4.985
Serviços em curso		379	169
Tributos compensáveis		561	1.086
Almoxarifado operacional		484	2.277
Ativos financeiros setoriais	6	170	-
Despesas pagas antecipadamente		14	19
Outros ativos circulantes		1.004	2.152
Ativos de operações descontinuadas			
Bens destinados a alienação		310	454
Ativo não circulante		43.984	42.449
Consumidores		1.340	1.512
Depósitos judiciais e cauções		48	21
Tributos compensáveis		310	384
Imobilizado	5	42.133	40.371
Intangível		153	161
Total do ativo		55.608	53.717

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
 Presidente
 CPF 582.843.979-00


Silesio do Nascimento
 Contador
 CRC/SC 27.497-017

BALANÇO PATRIMONIAL
COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE
CNPJ 86.533.346/0001-70
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em reais)

	Notas	2015	2014
Passivo			
Passivo circulante		17.934	13.941
Fornecedores		5.221	7.740
Empréstimo e financiamento	7	1.484	1.970
Obrigações sociais e trabalhistas		771	665
Tributos		3.536	1.499
Provisão para litígios	9	28	28
Encargos setoriais		1.434	730
Passivos financeiros setoriais	6	1.176	32
Outros passivo circulantes		4.284	1.277
Passivo não circulante		17.677	17.902
Empréstimos e financiamentos	7	10.408	11.867
Tributos		685	100
Provisão para litígios	9	2.263	2.263
Outros passivos não circulantes	10	1.160	1.160
Obrigações vinculadas a permissão		3.161	2.512
Total do passivo		35.611	31.843
Patrimônio líquido	11		
Capital social		10.688	10.677
Outros Resultados Abrangentes		1.002	1.240
Reserva de Sobras		8.307	9.277
Sobras a disposição da AGO		-	680
Total do patrimônio líquido		19.997	21.874
Total do passivo e do patrimônio líquido		55.608	53.717

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
 Presidente
 CPF 582.843.979-00


Silesio do Nascimento
 Contador
 CRC/SC 27.497-0/7

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE
CNPJ 86.533.346/0001-70
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em reais)

	Notas	2015	2014
Operações em continuidade			
Receita / ingresso	12	44.800	40.347
Fornecimento de energia elétrica		44.168	39.786
Ativos e passivos setoriais		67	-
Serviços cobráveis		60	42
Doações, contribuições e subveções		505	519
Tributos		10.262	9.285
ICMS		10.188	9.222
Pis		13	11
Cofins		61	52
Encargos - Parcela "A"		4.292	742
Pesquisa e desenvolvimento - p&d		159	150
Programa de eficiência energética - pee		159	150
Conta de desenvolvimento energético - cde		1.943	368
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - tfsee		70	74
Outros encargos		1.961	-
Receita líquida / Ingresso líquido		30.246	30.320
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		14.310	11.749
Energia elétrica comprada para revenda		8.268	6.562
Encargo de uso do sistema de distribuição		6.042	5.187
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		15.936	18.571
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		14.745	31.753
Pessoal e administradores	14	6.200	5.950
Material		2.360	2.100
Serviços de terceiros		2.700	3.729
Arrendamento e alugueis		389	11
Seguros		34	19
Doações, contribuições e subvenções		122	-
Provisões		(83)	240
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		178	45
(-) Recuperação de Despesas		(26)	(27)
Tributos		80	110
Depreciação e amortização		1.450	1.468
Gastos diversos		1.341	18.108
Outras receitas operacionais		567	17.010
Outros despesas operacionais		1.731	2.476
Resultado da Atividade		27	1.352
Resultado financeiro		(1.503)	(111)
Receita financeiras		1.328	1.381
Despesas financeiras		2.831	1.492
Resultado Antes dos Impostos Sobre a sobras		(1.476)	1.241
(-) Contribuição social		1	1
(-) Imposto de renda		2	2
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		(1.479)	1.238
Sobras por quotas-parte originada das operações em continuidade	14.6		
básico - sobras de operações continuadas			
atribuíveis aos associados		0,00	0,12

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
 Presidente
 CPF 582.843.979-00


Silesio do Nascimento
 Contador
 CRC/SC 27.497-0/7

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Reservas de lucros			Saldo a disposição da AGO	Total do patrimônio líquido
			Fundo de reserva	FEMSD	FATES		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	12.001	1.240	2.698	4.476	1.240	1.402	23.057
Capital Social							
Desmembramento	(1.222)	-	(1.092)	-	-	-	(2.314)
Integralização das sobras	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de quotas	28	-	-	-	-	-	28
Capital a integralizar	(4)	-	-	-	-	-	(4)
Devolução de capital	(126)	-	-	-	-	-	(126)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	(1.402)	(1.402)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	(1.050)	1.050	-
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	1.402	-	1.238	2.640
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	229	-	-	(229)	-
Fates	-	-	-	-	229	(229)	-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	1.144	-	(1.144)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.677	1.240	1.835	7.022	419	686	21.879
Capital Social							
Desmembramento	-	-	-	-	-	-	-
Integralização das sobras	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de quotas	39	-	-	-	-	-	39
Capital a integralizar	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Devolução de capital	(27)	-	-	-	-	-	(27)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	(686)	(686)
Realização de reservas/fundos	-	(238)	-	-	(419)	419	(238)
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	(1.059)	-	-	-	(1.059)
Fates	-	-	-	-	-	(419)	(419)
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	509	-	-	509
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.688	1.002	776	7.531	-	-	19.997

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
 Presidente
 CPF 582.843.979-00



Silesio do Nascimento
 Contador
 CRC/SC 27.497-0/7

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014		
(Valores expressos em milhares de reais)		
	2015	2014
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	(1.476)	1.241
Despesas (receitas que não afetam o caixa)	1.367	1.708
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(83)	240
Depreciação e amortização	1.450	1.468
Resultado ajustado do exercício	(109)	2.949
Redução (aumento) no ativo circulante	711	(4.160)
Consumidores	(1.282)	(731)
Tributos a compensar	524	(902)
Estoque	1.793	(1.300)
Serviços em curso	(210)	(66)
Despesa do exercício seguinte	5	(7)
Outros ativos circulantes	(119)	(1.154)
Aumento (redução) no passivo circulante	4.480	5.576
Fornecedores	4	4.188
Emprestimos e financiamentos	(486)	-
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	101	(30)
Tributos	2.041	58
Encargos setoriais	698	283
Passivos regulatórios	1.145	-
Outras contas a pagar	977	1.077
Redução (aumento) no ativo não circulante	218	(1)
Tributos a compensar	74	(194)
Depósitos judiciais	(27)	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	227	241
Ajuste a valor presente	(56)	(47)
Redução (aumento) no passivo não circulante	1.378	1.165
Tributos e contribuições sociais	585	(461)
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público	649	664
Ativos financeiros da permissão	144	(199)
Outras ativos não circulantes	0	1.160
Total das atividades operacionais	6.678	5.530

Continua...

Atividades de investimento

Redução/Aumento no intangível	(1.862)	(14.359)
Outros Investimentos/pagamentos	(146)	27

Total das atividades de investimento

(2.008)	(14.332)
----------------	-----------------

Atividades de financiamento

Varição de Empréstimos e Financiamentos	(1.944)	11.353
Capital a integralizar	11	(102)
Desmembramento capital social	-	(1.222)
Desmembramento Reservas	-	(1.092)
Utilização de reservas	(418)	1.308
Utilização de reservas	(1.190)	(1.338)

Total das atividades de financiamento

(3.541)	8.907
----------------	--------------

Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa

1.129	105
--------------	------------

Saldo inicial de caixa

126	21
-----	----

Saldo final de caixa

1.255	126
-------	-----

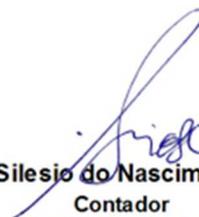
Varição no caixa e equivalentes de caixa

1.129	105
--------------	------------

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
 Presidente
 CPF 582.843.979-00



Silesio do Nascimento
 Contador
 CRC/SC 27.497-O/7

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Cooperativa é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de Permissão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, essa Cermoful está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Cooperativa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Cooperativa pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão

para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Cermoful solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas permissionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações

Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Cermoful. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatória

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas **31 a 32**, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Permissão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de

Permissão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em **31 de março de 2014**. (Laudo de Ativos) A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (Permissão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Cermoful agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros,

as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das permissionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para sobras acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº - não foi feita reavaliação no balanço societário.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de março de 2014, com base em Laudo de

Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de setembro de 2014.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Cermoful é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Permissionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

4. Consumidores e Concessionárias e Permissonárias

Composição das Contas a Receber

D E S C R I Ç Ã O	VALORES CORRENTES					VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2015	TOTAL 2014		
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA			Total	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		Mais de 360 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias					
Fornecimento de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
-Residencial	987	-	35	5	2	284	1593	-	-	-	(29)	-	1.279	956
-Industrial	2.273	-	1.077	54	11	388	3.743	-	-	-	(388)	893	4.349	2.870
-Comercial	543	-	16	1	41	31	732	-	-	-	(72)	2	678	550
-Rural	109	-	24	-	-	2	135	-	-	-	(2)	-	133	117
-Poderes Públicos	13	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	13	10
-Iluminação Pública	144	-	15	-	-	14	270	-	-	-	(14)	2	256	93
-Serviço Público	6	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	6	5
-Serviço Taxado	6	-	3	-	-	1	10	-	-	-	(2)	-	8	-266
-Fornecimento Não Faturado	548	-	-	-	-	-	548	-	-	-	-	-	548	381
Participação Financeira do Consumidor	4	-	-	-	-	78	82	-	-	-	(8)	-	64	132
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	113,00	-	-	-	-	-	113	-	-	-	-	-	113	137
TOTAL	4.743	-	1.590	60	54	798	7.245	200,00	-	895	(106)	-	7.447	4.985

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605, de 11/03/2014, item 7.2.8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
Distribuição	33.477	3.978	1.481	-	-	35.973	2.497	10.654	(8.158)	23.473	819	4	815
Terenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	33.354	3.978	1.481	-	-	35.850	2.497	10.583	(8.087)	23.411	819	4	815
Veículos	93	-	-	-	-	93	-	58	(58)	43	-	-	-
Móveis e utensílios	30	-	-	-	-	30	-	13	(13)	19	-	-	-
Administração	1.947	50	71	-	-	1.926	(21)	314	(335)	1.662	-	-	-
Terenos	817	-	-	-	-	817	-	-	-	817	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	615	-	-	-	-	615	-	42	(42)	579	-	-	-
Máquinas e equipamentos	337	8	-	-	-	345	8	201	(192)	177	-	-	-
Veículos	83	41	71	-	-	53	(31)	11	(41)	52	-	-	-
Móveis e utensílios	94	1	-	-	-	96	1	60	(59)	37	-	-	-
Comercialização	80	2	-	-	-	82	2	23	(22)	62	-	-	-
Terenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	44	2	-	-	-	46	2	18	(16)	29	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	36	-	-	-	-	36	-	5	(5)	33	-	-	-
Subtotal	35.503	4.030	1.552	-	-	37.981	2.478	10.992	(8.514)	25.198	819	4	815
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
Distribuição	15.173	14.101	14.129	-	-	15.144	(29)	-	(29)	15.173	2.346	-	2.346
Máquinas e equipamentos	13.290	4.517	4.031	-	-	13.776	486	-	486	13.290	2.346	-	2.346
Outros	1.883	9.584	10.099	-	-	1.369	(515)	-	(515)	1.883	0	-	0
Administração	-	65.745	65.745	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	31.981	31.981	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	33.764	33.764	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	15.173	79.846	79.875	-	-	15.144	(29)	-	(29)	15.173	2.346	-	2.346
Total do Ativo Imobilizado	50.676	83.876	81.427	-	-	53.125	2.449	10.992	(8.543)	40.371	3.165	4	3.161

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor bBruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
Distribuição	73	-	-	-	-	73	-	-	73	73
Servidões	73	-	-	-	-	73	-	-	73	73
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	165	27	-	-	-	192	27	113	79	88
Softw ares	165	27	-	-	-	192	27	113	79	88
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	238	27	-	-	-	265	27	113	152	161
Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	238	27	-	-	-	265	27	113	152	161

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	30.591	3.776	754	-	2.238	35.851	3.022
Transformador de Distribuição	4.708	916	352	-	4.491	9.763	564
Medidor	2.474	766	87	-	(453)	2.700	679
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	5.259	1.032	6	-	(748)	5.537	1.026
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	7.406	995	6	-	(1.283)	7.112	989
Redes Alta Tensão (69 kV)	615	67	1	-	239	920	66
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	10.129	-	302	-	(8)	9.819	(302)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	2.512	1.011	362	-	-	3.161	649
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	2.512	1.011	362	-	-	3.161	649
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015		2014	
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	4,93	35.973	10.654	25.319	23.474
Custo histórico		33.901	10.162	23.739	21.541
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		2.072	492	1.580	1.933
Administração	8,67	1.926	315	1.611	1.662
Custo histórico		2.844	707	2.137	2.259
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		(918)	(392)	(526)	(597)
Comercialização	10,97	82	23	59	62
Custo histórico		106	45	61	67
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		(24)	(22)	(2)	(5)
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço público de energia elétrica		-	-	-	-
Custo histórico		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		37.981	10.992	26.989	25.198
Em curso					
Geração		-	-	-	-
Transmissão		-	-	-	-
Distribuição		15.144	-	15.144	15.173
Administração		-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço público de energia elétrica		-	-	-	-
		15.144	-	15.144	15.173
		53.125	10.992	42.133	40.371

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	3.909	241	268	-	-	40	4.458
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	3.909	241	268	-	-	40	4.458

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a /resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	6,67
Barra de capacitores	6,67
Chave de distribuição	3,57
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	4,35
Regulador de tensão	4,00
Transformador	
Administração central	
Edificações	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das Permissões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Permissão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na Permissão.

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela “A”

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de Permissão vigentes, que

gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela “A”.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/14	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/15	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	-	31	-	-	-	31	-	31	31	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	31	-	-	-	31	-	31	31	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	-	31	-	-	-	31	-	31	31	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/14	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/15	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	32	1.207	32	-	-	1.207	-	1.207	1.207	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	32	-	32	-	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	1.207	-	-	-	1.207	-	1.207	1.207	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	32	1.207	32,00	-	-	1.207	-	1.207	1.207	-

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgo Juros	Frequência Pgo Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo			
																2016	2017	2018	2019+
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA																			
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	Selecionaf	Selecionaf	-	-	Selecionaf	Selecionaf	-	-	Selecionaf	-	-	-	-
União (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1.484	10.408	11.892	-	-	Selecionaf	Selecionaf	-	-	Selecionaf	Selecionaf	-	-	Selecionaf	-	-	-	-
CALVA ECONOMICA FEDERAL - CHEQUE ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SICOPE CREDUA - CHEQUE ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SICOPE CREDUA	-	867	218	1.080	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ITALUNIBANCO-FINMEBNDES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTANDER - CAPITAL DE GIRO	-	290	97	284	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SICRED - CAPITAL DE GIRO	-	167	97	264	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SICRED - CHEQUE ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SICRED - CAPITAL DE GIRO ROTATIVO	-	200	-	200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SICOPE - CONTRATO 463812	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SICRED ENCARGOS	-	73	-	73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTANDER ENCARGOS	-	46	-	46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRDE - BNDES AUTOMÁTICO	-	14	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTANDER ENCARGOS	-	-	10.098	10.098	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRDE - BNDES AUTOMÁTICO	-	-	-	56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SICOPE CONTRATO ENCARGOS	-	-	-	56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (somar as demais)	-	-	-	1897	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	1897	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União	-	-	-	-	-	-	Selecionaf	Selecionaf	-	-	Selecionaf	Selecionaf	-	-	Selecionaf	-	-	-	-
União 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-	-	-	Selecionaf	Selecionaf	-	-	Selecionaf	Selecionaf	-	-	Selecionaf	-	-	-	-
Estado 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	Selecionaf	Selecionaf	-	-	Selecionaf	Selecionaf	-	-	Selecionaf	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agências do Setor	-	-	-	-	-	-	Selecionaf	Selecionaf	-	-	Selecionaf	Selecionaf	-	-	Selecionaf	-	-	-	-
Reaplicação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reaplicação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	-	-	Selecionaf	Selecionaf	-	-	Selecionaf	Selecionaf	-	-	Selecionaf	-	-	-	-
Mútuos 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	Selecionaf	Selecionaf	-	-	Selecionaf	Selecionaf	-	-	Selecionaf	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1.484	10.408	11.892	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1.484	10.408	11.892	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1.484	10.408	11.892	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1.484	10.408	11.892	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1.484	10.408	11.892	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1.484	10.408	11.892	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-																	

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgtto Juros	Frequência Pgtto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização			
															2016	2017	2018	2019+
9	Ativos Financeiros	-	-	1.235,00	1.235,00													
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	-	-	1.235,00	1.235,00		Selecionar			Selecionar				Selecionar				
9.11	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	-	248,00	248,00													
9.12	Aplic. Finance. CDB	-	-	1.007,00	1.007,00													
9.13	Aplic. Finance. Fundos DI	-	-	-	-													
9.14	Aplic. Finance. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-													
9.15	Aplic. Finance. ou Ativo Finance. 01	-	-	-	-													
9.16	Aplic. Finance. ou Ativo Finance. 02	-	-	-	-													
9.2	Mútuos e Ativos	-	-	-	-		Selecionar			Selecionar				Selecionar				
9.2.1	Mútuo 01	-	-	-	-													
9.2.6	Mútuo 02	-	-	-	-													

	2015	2014
Ativo circulante		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Provisão para perdas em estoque	-	-
	-	-
Ativo não circulante		
Provisão para déficit previdenciário	-	-
Provisão para contingências fiscais	-	-
Provisão para outras contingências	-	-
	-	-
	-	-
	-	-

A Permissionária não provisionou créditos tributários diferidos, sendo o ato cooperativo isento de tributação.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2014	-	28	2.263	-	-	-	2.291
Constituição	-	-	-	-	-	-	-
Baixas/reversão	-	-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2015	-	28	2.263	-	-	-	2.291

10. Obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	-	1.902	-	-	1.902
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	1.902	-	-	1902
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	4	-	-	4
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	4	-	-	4
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	-	1.898	-	-	1.898

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/20X1	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
Em curso	1.014	249	-	-	-	1.263	249	-	1.263	1.014
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.014	249	-	-	-	1.263	249	-	1.263	1.014
Ultrapassagem de demanda	1.014	249	-	-	-	1.263	249	-	1.263	1.014
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.512	653	-	-	-	3.165	653	4	3.161	2.512

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Demanda e reativos excedentes	249
2.	-
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-
Consolidado	
Descrição do bem	em R\$ mil
1.	-
2.	-
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Desativação	4
2.	-
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-
Consolidado	
Descrição do bem	em R\$ mil
1.	-
2.	-
3.	-
4.	-

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 10.688 mil, sendo constituído de quotas-partes conforme artigo 14º do estatuto social.

“Art. 14. O capital social da Cermoful é representado por quotas - partes no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, não tendo limite quanto ao máximo, variando conforme o número de cotas subscritas, porém nunca inferior a R\$ 600,00 (seiscentos mil reais) ”.

Capital Social			
Número de quotas partes em milhares			
Acionistas	Capital Subscrito	Capital a Integralizar	Capital Integralizado
associados	10.701	13	10.688
	10.701	13	10.688

Reservas de Capital

	2015	2014
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	-	-
	-	-

Reservas de sobras

Reservas de Capital	2015	2014
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	-	-
	-	-

A reserva legal é constituída com base em 10% da sobra líquida do exercício pela legislação societária.

Ajustes de exercícios anteriores

A permissionária não apresentou em suas demonstrações ajustes de exercícios anteriores.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento - Faturado	13.094	12.265	112.948	116.220	44.251	40.082
Residencial	10.476	9.799	24.773	23.897	10.037	9.443
Industrial	739	659	66.910	71.392	26.323	23.509
Comercial	1.052	978	12.080	12.320	5.242	4.882
Rural	717	719	3.190	3.365	879	802
Poder público	91	90	809	815	370	346
Iluminação pública	6	6	5.030	4.287	1.336	1.046
Serviço público	13	14	156	144	64	54
Suprimento Faturado					-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado					-	-
Consumidores Cativos					-	-
Consumidores Livres					-	-
Encargos de conexão de agentes de geração					-	-
Permissionárias					-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado					-	-
(-) Transferências					(249)	(307)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					(148)	(128)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					(101)	(179)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias					-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					166	11
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					67	-
Serviços Cobráveis					60	42
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					505	519
Total	13.094	12.265	112.948	116.220	44.800	40.347

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE

Nos exercícios de 2015 e 2014, a Cermoful não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2015	2014
Pessoal	5.835	5.624
Remuneração	3.775	3.477
Encargos	1.599	1.697
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	284	409
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	177	41
Administradores	365	326
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	365	326
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	6.200	5.950

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2015	2014
Sobras antes do imposto de renda e contribuição social	415	3
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	3	3
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	418	6

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Permissionária possui somente uma unidade de negócio que é a distribuição de energia elétrica.

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

A permissionária possui somente uma Unidades de Negócio.

Receita da unidade	G	T	D	ANV	Total
Geração - G	-	-	-	-	-
Transmissão - T	-	-	-	-	-
Distribuição - D	-	-	44.800	-	44.800
Atividades não vinculadas - ANV	-	-	-	-	-
	-	-	44.800	-	44.800

	Unidades de negócio	Outorgada	Diferença
Receita	44.800	44.800	-
Deduções da receita	14.554	14.554	-
Receita líquida	30.246	30.246	-
Gastos	30.219	30.219	-
Resultado do serviço	27	27	-
Lucro antes da tributação e participações	(1.476)	(1.476)	-
Sobra líquida (perda) do exercício	(1.476)	(1.476)	-

17. Revisão e Reajuste Tarifário

17.1. Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 19/2011. as metodologias e os critérios gerais para o primeiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia.

Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à primeira etapa de Audiência Pública, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

Por fim, a Resolução Normativa nº 537, de 15 de março de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 555 de 27, de junho de 2013, aprovou o Módulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica - CRTP.

As tarifas, homologadas produziram efeitos retroativos a partir de 28 de setembro de 2014 até 27 de setembro de 2015. Em setembro de 2014, a ANEEL homologou a revisão tarifária da Cermoful através da Resolução Homologatória nº 1.795./2014.

Com base no laudo de avaliação da base de remuneração regulatória a ser encaminhado para análise da ANEEL e nos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, essa permissionária estima que as tarifas de fornecimento serão aumentadas quando definidas pela ANEEL .

Essa situação somente poderá ser analisada após a opção de aplicação da metodologia do 2º ciclo para as tarifas da Cooperativa. Adicionalmente, por meio da Audiência Pública nº 062/2015, foram discutidas alterações na Estrutura Tarifária das permissionárias, a serem aplicadas em grande parte na próxima revisão tarifária. Essas alterações foram consolidadas na alteração dos submódulos 8.1, 8.2, 8.3 e acrescentou o submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 28 de março de 2016.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 1963, de 22 de setembro de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Cermoful cujo reajuste médio foi de 27,50%, correspondendo a um efeito médio de 26,65.% percebido pelos consumidores.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das permissionárias vinculados à permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	31.413
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	769
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	30.644
(6) Depreciação Acumulada	9.266
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almojarifado em Operação	94
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
Descrição	Valores
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	22.241
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,00%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	1.226
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	838

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.554
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	389
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	389
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	771
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	21
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	63
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	161
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	245

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

A metodologia aplicada as permissionárias não prevêem ajuste da parcela B em função dos investimentos realizados.

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 10.3 do PRORET, que trata da revisão tarifária das permissionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Cermoful é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita	Receita	Revisão	Var	Impacto	Part.
	Último IRT	Verificada				
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(%)	Revisão	(%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)						
1.1. Encargos Setoriais	7.261					20,00
TFSEE	69	-	-	-	-	0,40
CDE	6.156	-	-	-	-	16,80
PROINFA	726	-	-	-	-	2,00
P&D (Eficiência Energética)	310	-	-	-	-	0,80
1.2. Transmissão	6.019					14,80
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão CUSD	6.019	-	-	-	-	14,80
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	9.009					24,50
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	9.009	-	-	-	-	24,50
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	15.032					40,70
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	12.577	-	-	-	-	34,05
2.2. Remuneração	859	-	-	-	-	2,33
2.3. Depreciação	1.256	-	-	-	-	3,40
2.4. Receitas Irrecuperáveis	24	-	-	-	-	0,06
2.5. Outras Receitas	316	-	-	-	-	0,86
3. Reposicionamento Econômico	22,87%					
4. Componentes Financeiros	0,54%					
5. Reposicionamento com Financeiros	23,41%					
6. Financeiros Retirados do IRT anterior						
7. Efeito para Consumidor	22,27%					

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Cermoful seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Cermoful seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Notas	2015			2014		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso	44.800	-5.079,00	49.879,00	40.347	-17.010	57.357,00
Fornecimento de energia elétrica	44.168	-	44.168	39.786	-	39.786
Ativos e passivos financeiros setoriais	67	-	67	-	-	-
Serviços cobráveis	60	-	60	42	-	42
Doações, contribuições e subvenções	505	-	505	519	-	519
Outras receitas vinculadas	-	-5.079	5.079	-	-17.010	17.010
Tributos	10.262	-	10.262	9.285	-	9.285
ICMS	10.188	-	10.188	9.222	-	9.222
Pis	13	-	13	11	-	11
Cofins	61	-	61	52	-	52
Encargos - Parcela "A"	4.292	-	4.292,00	742	-	742
Pesquisa e desenvolvimento - p&d	159	-	159,00	150	-	150
Programa de eficiência energética - pee	159	-	159,00	150	-	150
Conta de desenvolvimento energético - cde	1.943	-	1.943,00	368	-	368
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - tfsee	70	-	70,00	74	-	74
Outros encargos	1.961	-	1.961,00	-	-	-
Receita Líquida / Ingresso Líquido	30.246	-5.079,00	35.325,00	30.320	-17.010	47.330
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	14.310	-	14.310,00	11.749	-	11.749
Energia elétrica comprada para revenda	8.268	-	8.268,00	6.562	-	6.562
Encargo de uso do sistema de distribuição	6.042	-	6.042,00	5.187	-	5.187
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	15.936	-5.079,00	21.015,00	18.571	-17.010	35.581
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	14.745	5.208	21.117,00	31.753	17.011	34.228
Pessoal e administradores	6.200	-	6.200	5.950	-	5.950
Material	2.360	-	2.360	2.100	-	2.100
Serviços de terceiros	2.700	-	2.700	3.729	-	3.729
Arrendamentos e aluguéis	389	-	389	11	-	11
Seguros	34	-	34	19	-	19
Doações, contribuições e subvenções	122	122	-	-	-	-
Provisões	-83	-83	-	240	240,00	-
Perdas na Alienação de Bens e Direitos	178	178	-	45	45,00	-
(-) Recuperação de Despesas	-26	-26	-	-27	-27,00	-
Tributos	80	-	80	110	0,00	110
Depreciação e amortização	1.450	130	1.580	1.468	0,00	1.468
Gastos diversos	1.341	4.511	5.852	18.108	0,00	18.108
Outras receitas operacionais	567	567	-	17.010	17.010,00	-
Outros despesas operacionais	1.731	-191	1.922	2.476	-257,00	2.733
Resultado da Atividade	27	129	-102,00	1.352	1	1.353,00
Resultado financeiro	-1.503	0,00	-1.503,00	-111	-1	-112,00
Receita financeiras	1.328	0,00	1.328	1.381	0	1.381
Despesas financeiras	2.831	0,00	2.831	1.492	-1	1.493
Resultado Antes dos Impostos Sobre a sobras	-1.476	129	-1.605	1.241	0,00	1.241
(-) Contribuição social	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
(-) Imposto de renda	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	-1.476	129	-1.605	1.241	0,00	1.241
Sobras por quotas-parte originada das operações em continuidade						
básico - sobras de operações continuadas atribuíveis aos associados 14.6	0,00			0,12		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

18.1. Consumidores

Não houve ajustes para o grupo.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes para o grupo.

18.3. Ativos financeiros da permissão

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito de receber indenização. Estes lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Na contabilidade regulatória esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.4.2 Depreciação

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a permissão em serviço.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a permissão em serviço.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do ICPC 01 e OCPC 05, que por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado a permissão, deve ser reconhecido conforme aplicação do IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO e CUSTO DE CONSTRUÇÃO do ativo intangível da permissão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não foi aplicado nos anos de 2014 e 2015 qualquer remuneração aos ativos

financeiros.

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve registro de ajuste a impostos e contribuições diferidos, visto que a permissionária opera com associados que tem o privilégio fiscal da isenção.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2015	2014
Saldos no início do exercício	19.622	21.391
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	375	483
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	266	504
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória		-
Reserva de sobras	109	(15)
Perdas	-	(6)
....	-	-
....	-	-
....	-	-
.....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício	19.997	21.874

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, representada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação das sobras líquidas societário e regulatório

	2.015	2.014
Sobras (perdas) líquida conforme contabilidade societária	(1.605)	1.241
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	129	-
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	129	-
...	-	-
....	-	-
....	-	-
...	-	-
.....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Sobras (perdas) líquida regulatório	(1.476)	1.241

Depreciação – Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2015, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Formação Básica das Notas Explicativas

As notas explicativas da administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis foram redigidas obedecendo rigorosamente a Legislação pertinente e teve autorização para sua divulgação em 25/04/2016 pelo Conselho de Administração, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil as Políticas Contábeis específica para o setor elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil).

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da

COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL

Morro da Fumaça – SC

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias - DCRs da **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **CERMOFUL** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **CERMOFUL**, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **CERMOFUL**.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CERMOFUL** em 31 de dezembro de 2015, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Outros Assuntos

A **CERMOFUL**, preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado aos diretores, conselheiros e associados da **CERMOFUL**, em 16 fevereiro de 2016.

São José (SC), 26 de abril de 2016.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

CNPJ 86.533.346/0001-70

NIRE 42400003788

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE. Aos 18 (dezoito) dias do mês de fevereiro do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 17h00min (dezessete horas), nas dependências da sede social da CERMOFUL, a Rua Prefeito Paulino Bif, nº. 151 (cento e cinquenta e um), centro, nesta cidade de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros do conselho fiscal efetivos, os senhores: Jaisson Frasson, Verne João Pereira e Marcelo Simão, e os suplentes, os senhores: Gelson Gonçalves, Valter Pedro Daniel e Rosélio Bez Fontana Modolon, para tratar da seguinte: **ORDEM DO DIA.** Item 1º (primeiro) - Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 (trinta e um) de dezembro de 2015 (dois mil e quinze). Item 2º (segundo) - Assuntos Gerais. Ato contínuo, o Coordenador do Conselho Fiscal, declarou aberto os trabalhos da reunião e apresentou aos demais membros do Conselho Fiscal, conforme normas de funcionamento dos trabalhos mensais deste órgão, os documentos referentes ao item 1º (primeiro) da Ordem do Dia, Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 (trinta e um) de dezembro de 2015 (dois mil e quinze), onde os membros do Conselho Fiscal da CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 37 a 40 do Estatuto Social, procederam o exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Demonstração da Composição das Sobras e Rateio de Perdas à Disposição da AGO de 2015 (dois mil e quinze), referente ao exercício social findo em 31 (trinta e um) de dezembro de 2015 (dois mil e quinze) e, com base nas análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Independentes, Audiconsult Auditores S/S, datado em 16 (dezesseis) de fevereiro de 2016 (dois mil e dezesseis), constataram, ao final, que os dados apresentados nos demonstrativos refletem, adequadamente, com clareza, o resultado das atividades desenvolvidas pela CERMOFUL, considerando-se apropriado o critério adotado no uso das normas contábeis para a elaboração das respectivas demonstrações, conforme determinação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, através do MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº 605, de 11/03/2014, Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23/02/2010 e Despacho nº 245 SFF/ANEEL de 28/01/2016, fatos que não modificam a posição financeira e o resultado das operações da CERMOFUL no exercício de 2015 (dois mil e quinze), concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para apreciação e votação pelos associados reunidos em plenário na Assembleia Geral Ordinária no dia 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2016 (dois mil e dezesseis). Também verificamos que o edital de convocação da assembleia geral marcada para o dia 26 (vinte e seis) de fevereiro do corrente ano está sendo divulgado dentro do prazo previsto pelo estatuto social. O conselho fiscal avaliou o pedido de registro da única chapa inscrita para concorrer a eleição para membros efetivos e suplentes, período 2016 (dois mil e dezesseis), para conselheiros fiscais, encontrando a mesma em

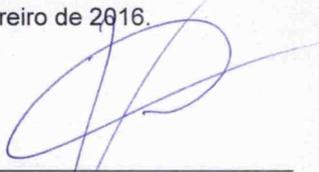


condições de ser votada na assembleia geral, visto que apresentou toda documentação estabelecida no estatuto social. Item 2º (segundo) assuntos gerais, nada foi discutido e não havendo mais nada a ser tratado o coordenador do conselho fiscal declarou encerrada a reunião e solicitou a mim, Verne João Pereira, secretário, que redigisse a presente ata que após lida foi aprovada e assinada pelos demais presentes. Esta ata foi produzida por meio eletrônico conforme disposto no artigo 38 (trinta e oito) § 4º (parágrafo quarto) do estatuto social.

Morro da Fumaça (SC), 18 de fevereiro de 2016.



Jaisson Frasson
Coordenador



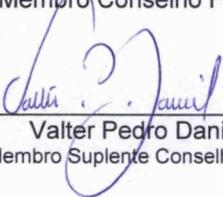
Verne João Pereira
Secretário



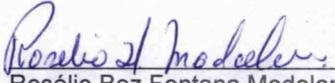
Marcelo Simão
Membro Conselho Fiscal



Gelson Gonçalves
Membro Suplente Conselho Fiscal



Valter Pedro Daniel
Membro Suplente Conselho Fiscal



Rosélio Bez Fontana Modolon
Membro Suplente Conselho Fiscal

COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL ENERGIA
CNPJ: 86.533.346/0001-70
NIRE: 42 40000378 8
RUA PREFEITO PAULINO BIF, N° 151, BAIRRO CENTRO.
MORRO DA FUMAÇA/SC CEP: 88.830-000 TELEFONE: (48) 3434-8100.

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL GERAL DE 26/02/2016

I. DATA, HORA, LOCAL: Aos vinte e seis (26) dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis (2.016), às 18:30 horas, nas dependências da sede social, sito a rua Prefeito Paulino Bif, n° 151, centro, Município de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, realizou-se a assembleia geral ordinária da Cooperativa Fumacense de Eletricidade - Cermoful Energia.

II. PRESENCAS: Estiveram presentes 331 (trezentos e trinta e um) associados, conforme assinaturas constantes nas listas de presenças das assembleias gerais, às folhas n° (01 até 17), realizando-se a assembleia em 3ª convocação, esclarecido que nesta data é de 14.483 (quatorze mil, quatrocentos e oitenta e tres) o número de associados aptos a votar. O edital de convocação foi amplamente divulgado através de circulares enviadas a todos os associados, rádios regionais, afixado em lugar próprio na sede da cooperativa em 05 de fevereiro de 2.016 e publicado no jornal: Jornal Diario de Noticias, edição 1.360, de 05 de fevereiro de 2.016, página 16. Jornal Folha da Fumaça, edição 342, de 05 de fevereiro de 2.016, página 05.

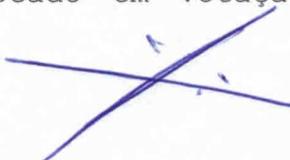
III. COMPOSIÇÃO DA MESA:

Presidente: Sr. Ricardo Tadeu Canto Bittencourt.
Vice-Presidente: Sr. Agenir Donato Zaccaron.
Secretário: Sr. Augusto de Agostin
Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal presentes.
Secretário dos Trabalhos: Sr. Augusto de Agostin.
Outros: Sr. Marcelo de Costa.

Obs: 1) Durante as deliberações sobre as prestações de contas do exercício findo e fixação de honorários, gratificações e cédulas de presença para os conselhos de administração e Fiscal, presidiu a assembleia o presidente "ad-hoc" Sr. Marcelo de Costa, sendo secretário "ad-hoc" o Sr. Raimundo Marques.

IV. DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: Foram aprovadas por unanimidade dos votos, com abstenção dos legalmente impedidos de votar, as seguintes deliberações:

1° - Prestação de contas dos órgãos da administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal e parecer de auditoria independente, compreendendo: Relatório da gestão; balanço do exercício 2015; demonstrativo das sobras apuradas e parecer do Conselho Fiscal: Colocado em discussão, sanadas todas as dúvidas, após colocado em votação, abstendo-se de



COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL ENERGIA
CNPJ: 86.533.346/0001-70
NIRE: 42 40000378 8
RUA PREFEITO PAULINO BIF, N° 151, BAIRRO CENTRO.
MORRO DA FUMAÇA/SC CEP: 88.830-000 TELEFONE: (48) 3434-8100.

votar os legalmente impedidos, tendo sido aprovado por unanimidade.

2° - **Destinação das sobras ou rateio das perdas apuradas, no exercício de 2.015:** A Cooperativa apurou uma perda líquida de R\$ 1.608.352,67 (hum milhão seiscentos e oito mil, trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos). Após esclarecimentos e debates pela assembleia ficou aprovado por unanimidade que as perdas serão deduzidas do fundo de reserva legal constituído para este fim.

3° - **Eleição e posse dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício de 2016.**

EFETIVOS:

SEBASTIÃO CAMPOS, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, aposentado, portador da cédula de identidade n° 333.683-2, expedida pela SSP-SC, CPF n° 343.728.229/87, residente e domiciliado a rua Valmor Napolini, n° 258, bairro Napolini, município de Morro da Fumaça - SC, CEP 88830-000, matrícula n° 2970;

AMBROSIO ELISEU MATIOLA, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, agricultor, portador da cédula de identidade n° 6 / R 1.745.648, expedida pela SSP - SC, CPF n° 558.343.459-72, residente e domiciliado a estrada geral de Rio Comprudente, município de Cocal do Sul - SC, CEP 88.845-000, matrícula n° 8818;

BALTAZAR DE ROCHE, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, comerciante, portador da cédula de identidade n° 467.046, expedida pela SSP - SC, CPF n° 342.585.829-72, residente e domiciliado a rua Ricciari Francisconi, n° 404, Distrito de Estação Cocal, CEP 88.835-000, município de Morro da Fumaça - SC, matrícula n° 6379.

SUPLENTE:

WILSON JOÃO BORTOLIN, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, autônomo, portador da cédula de identidade n° 1.089.289, expedida pela SSP - SC, CPF n° 415.514.199-04, residente e domiciliado a rua Travessa Zeferino Cesca, n° 40, Distrito de Estação Cocal, CEP n° 88.835-000, município de Morro da Fumaça - SC, matrícula n° 11271;

VALCIR DOS SANTOS, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, autônomo, portador da cédula de identidade n° 539.082, expedida pela SSP - SC, CPF n° 343.483.109-63, residente e domiciliado a rua Biazio. Maragno,



COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL ENERGIA

CNPJ: 86.533.346/0001-70

NIRE: 42 40000378 8

RUA PREFEITO PAULINO BIF, N° 151, BAIRRO CENTRO.

MORRO DA FUMAÇA/SC CEP: 88.830-000 TELEFONE: (48) 3434-8100.

n° 275, Distrito de Estação Cocal, CEP 88.835-000, município de Morro da Fumaça - SC, matrícula n° 2051;

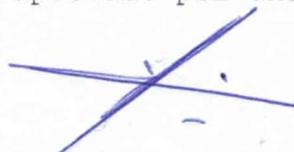
JORGE PINTO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, vendedor, portador da cédula de identidade n° 2574693, expedida pela SSP-SC, CPF n° 476.017.449-49 residente e domiciliado a rua Senador Teotônio Vilela, n° 610, bairro Presidente Vargas, CEP 88820-000, município de Içara - SC, matrícula n° 6780.

Todos eleitos para o mandato de um (1) ano. Os membros eleitos para os cargos do conselho fiscal foram empossados em seus respectivos cargos e declaram que não estão impedidos por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro Nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, bem como, não são parentes entre si até o segundo grau, em linha reta ou colateral

4° - Fixação do valor dos honorários e cédulas de presença para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal: Foi convidado o presidente "ad-hoc", Sr. Marcelo de Costa, sendo secretario "ad-hoc" o Sr. Raimundo Marques, colocado em discussão, sanadas todas as dúvidas, após colocado em votação, foi aprovado que para o exercício de 2.016 o pró - labore ao presidente de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) e a cédula de presença dos conselheiros por comparecimento as reuniões do conselho de administração e conselho fiscal é de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

5° - Aprovação do plano de Investimento para o exercício de 2016: Foi apresentado aos presentes os seguintes investimentos planejados para o exercício em curso: investimentos em infraestrutura - redes de distribuição, valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) - manutenção preventiva, valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e equipamentos e outros, valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) perfazendo um total de investimentos para 2016 (dois mil e dezesseis) no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

. Colocado em discussão, sanadas todas as dúvidas, e informado que o plano pode ser revisado em função de necessidades pontuais durante sua vigencia foi aprovado por unanimidade.



COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL ENERGIA

CNPJ: 86.533.346/0001-70

NIRE: 42 40000378 8

RUA PREFEITO PAULINO BIF, N° 151, BAIRRO CENTRO.

MORRO DA FUMAÇA/SC CEP: 88.830-000 TELEFONE: (48) 3434-8100.

6° - Assuntos gerais de interesse da sociedade: Foram discutidos os demais assuntos e sugestões de interesse da sociedade.

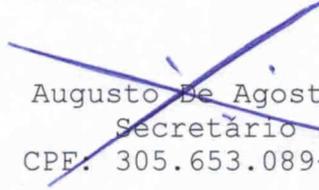
V. FECHO:

Nada mais tendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a assembleia, agradecendo a presença de todos.

MORRO DA FUMAÇA/SC, 26 de fevereiro de 2016.



Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente
CPF: 582.843.979-00



~~Augusto De Agostin
Secretário
CPF: 305.653.089-04~~



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/06/2016 SOB Nº: 20160647533
Protocolo: 16/064753-3, DE 29/04/2016

Empresa: 42 4 0000378 8
COOPERATIVA FUMACENSE DE
ELETRICIDADE- CERMOFUL



ANDRE LUIZ DE REZENDE
SECRETÁRIO GERAL

CNPJ/MF: 86.533.346/0001-70

NIRE: 4240000378 8

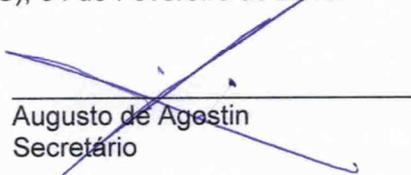
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINARIA MENSAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL ENERGIA. Aos 04 (quatro) dias do mês de fevereiro do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), reuniram-se na sede da Cermoful, os membros efetivos e suplentes do conselho de administração registrando-se a presença de todos os conselheiros. A reunião teve início às 17h00min (dezessete) horas com o presidente saudando a todos. Em continuidade apresentou a agenda desta reunião. Item 1º (primeiro) da ordem do dia, o conselho de administração deliberou e aprovou por unanimidade de votos dos presentes, a publicação do Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária, com divulgação e publicação nos meios de comunicação em 05/02/2016, a seguir transcrito: EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA O Presidente da COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE – CERMOFUL ENERGIA, nos termos que lhe confere o Artigo 17 do Estatuto Social, convoca todos os associados em pleno gozo de seus direitos a comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 26 de Fevereiro de 2016, nas dependências da sede social, sito a Rua Prefeito Paulino Bif, nº 151, Centro, na Cidade de Morro da Fumaça/SC, às 16h30min (dezesseis horas e trinta minutos), em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; ou às 17h30min (dezessete horas e trinta minutos), em segunda convocação, com a presença da metade mais um dos associados, e, em terceira e última convocação, às 18h30min (dezoito horas e trinta minutos), com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte: ORDEM DO DIA: 1) Prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal e parecer de auditoria independente referente ao exercício de 2015, compreendendo: a) Relatório da gestão. b) Balanço patrimonial. c) Demonstrativo das sobras ou prejuízos apurados no exercício de 2015. d) Parecer do conselho fiscal e parecer da auditoria independente. 2) Destinação das sobras ou prejuízos apurados no exercício de 2015. 3) Eleição e posse dos componentes do conselho fiscal, membros efetivos e suplentes, para o período 2016. 4) Fixação de pró-labore ao presidente e cédula de presença às reuniões do conselho de administração e conselho fiscal. 5) Aprovação do plano de investimentos para o exercício de 2016. 6) Assuntos gerais. OBSERVAÇÕES: a) Para efeito de verificação de *quórum* a Cooperativa possui 14.483 associados. b) Os documentos a serem apreciados no item 1º (primeiro) da ordem do dia, estarão disponíveis aos associados a partir do dia 22/02/2016, na sede social. c) Interessados a concorrer aos cargos sociais de conselho fiscal, período 2016, deverão compor chapas que deverão ser inscritas junto a administração até as 17h00min do dia 16 de fevereiro de 2016. d) As chapas apresentadas deverão conter a documentação prevista no **artigo 43** do estatuto social e expressa concordância de seus componentes. e) Havendo chapa única inscrita para eleição do conselho fiscal, item 3º (terceiro) da ordem do dia, será votado durante a assembleia por aclamação, salvo disposição expressa da assembleia. f) Registrando-se mais de uma chapa a concorrer a eleição do conselho fiscal a votação mencionada no item 3º (terceiro) acontecerá no dia 27/02/2016, nas dependências da Escola de Educação Básica Princesa Isabel, sito a Rua 15 de novembro, nº 437 nesta cidade, no período das 09h00min às 16h00min e a seguir apurado o resultado e empossado os eleitos. g) Para exercer seu direito de voto o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto a Cooperativa.

h) As pessoas jurídicas associadas, para exercer o direito de voto, deverão apresentar contrato social ou ata para comprovação do representante legal. i) As entidades associadas, para exercer o direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto para comprovação do representante legal. j) Débitos quitados na data da assembleia deverão ser comprovados com a apresentação de nota fiscal de fornecimento de energia elétrica devidamente paga. Morro da Fumaça (SC), 05 de Fevereiro de 2016. Ricardo Tadeu Canto Bittencourt Presidente. No item 2º, (segundo) assuntos gerais, e não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Esta ata após lida e aprovada, vai assinada por mim secretário e demais membros. Esta ata foi lavrada em paginas produzida por meio eletrônico conforme artigo 32º (trigésimo segundo) inciso "III" do estatuto social.

Morro da Fumaça (SC), 04 de Fevereiro de 2016.



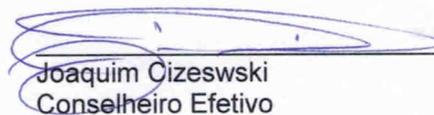
Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente



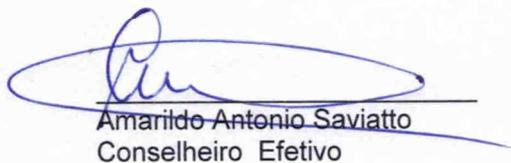
Augusto de Agostin
Secretário



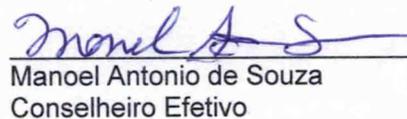
Agenir Donato Zaccaron
Vice Presidente



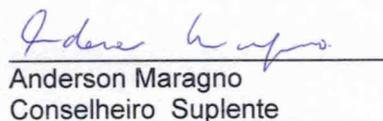
Joaquim Cizeswki
Conselheiro Efetivo



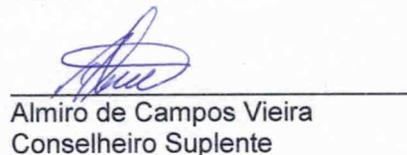
Amarildo Antonio Saviatto
Conselheiro Efetivo



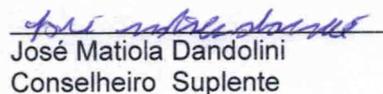
Manoel Antonio de Souza
Conselheiro Efetivo



Anderson Maragno
Conselheiro Suplente



Almiro de Campos Vieira
Conselheiro Suplente



José Matiola Dandolini
Conselheiro Suplente

PARTICIPAÇÕES

Direção Geral

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt

Presidente do Conselho de Administração

Produção

Silesio do Nascimento

Departamento de Contabilidade

Supervisão

Hesmezenrik Giordani Nunes - HVA Service Solution Ltda (serviços de escritório e contabilidade)

Colaboração

Irian Rzatki

Audiconsult Auditores S/S

Auditoria Independente

Audiconsult Auditores S/S

São Jose / SC

Roteiro editorial e conteúdo

- Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971;
- Resolução do CFC nº 1.255/2009 alterada pela resolução CFC nº 1.329/2012;
- MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº 605, de 11/03/2014;
- Resolução normativa ANEEL nº 396, de 23/02/2010;
- Despacho nº 245 SFF/ANEEL de 28/01/2016; e
- Estatuto social.

Agradecimentos

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

Departamento de Comunicação

Departamento Técnico

Departamento Comercial

Departamento de RH